

RNI

ECONÔMICO

revista mensal

Ano II — N.º 22 — Fevereiro/71 — Cr\$ 2,00

SECRETARIA DE ESTATISTICA NO RIO G. NORTE
IBGE - FUNDAÇÃO IBGE

NÚMERO DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

Como anda nosso velho "ouro branco"?



S. D. O.
BIBLIOTECA
"M. A. TEIXEIRA DE FREITAS"

402

Opiniões

JOSÉ NILSON DE SÁ — Diretor-presidente da Empresa Industrial Técnica e do Banco S. Gurgel — “Acho que, realmente, em matéria de divulgação de coisas que interessam ao Estado, **RN-ECONÔMICO** é a melhor publicação surgida até hoje no Rio Grande do Norte. Está prestando um grande serviço à indústria, ao comércio, à iniciativa privada, nos colocando a par de tudo que ocorre na área econômica, no mundo financeiro, nos meandros da política. Espero que a direção da revista continue sempre atenta na abordagem desses assuntos que a têm transformado num veículo de informação da maior importância. **RN-ECONÔMICO** é uma necessidade”.

MARCOS NELSON SANTOS — Diretor-gerente de Santos & Cia. Ltda. e Coordenador do Consórcio Nacional Ford-Willys — “É uma publicação de que estávamos precisando. Está divulgando nossas questões econômico-financeiras de modo exemplar, nada ficando a dever a congêneres que tratam, até, de problemas nacionais. É uma revista séria, que orienta o empresariado, indicando-lhe até soluções para situações relativas às suas atividades específicas. Os diretores, redatores, colaboradores, são gente com conhecimento e experiência e isto representa mais um “handicap” para a revista”.

PE. OTTO SANTANA — Presidente do Serviço de Assistência Rural e Vigário da Catedral Metropolitana de Natal — “Todos os que têm responsabilidades na vida socio-econômica necessitam de um número cada vez maior de reflexões e informações sobre os mais variados campos de atividade. Encontro em **RN-ECONÔMICO** esse ins-

trumento de informação, dotado da sinceridade e atualidade necessária. A revista desempenha uma importante função no Estado e é chamada a ser o veículo de renovação e mentalização das classes dirigentes potiguares”.

HUMBERTO PIGNATARO — Corretor de imóveis, presidente do Conselho Deliberativo do América F. C. — “É uma leitura que faltava. Uma revista atualizada, que estuda com profundidade os problemas do Estado, que não são poucos. E além do mais comunica, pedindo sugestões a empresários, profissionais liberais, homens de governo, o que considero algo da maior importância. Outra coisa que bem diz do seu interesse em ser alguma coisa definitiva: a procura e o entrosamento com colaboradores e com jornalistas que sabidamente são os melhores que possuímos, formando um time de primeira categoria. Parabéns a todos que a fazem”.

ENÉLIO PETROVICH — Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — “Abordando assuntos que interessam imediatamente à classe empresarial e ao próprio desenvolvimento do Estado, o **RN-ECONÔMICO** veio, de fato, preencher uma lacuna no setor das publicações especializadas, no Rio Grande do Norte. Um setor paupérrimo, diga-se de passagem. Lendo a revista, sentimos o seu interesse em mostrar caminhos, em levantar problemas, dentro dessas perspectivas promissoras que fazem o Nordeste atual. No qual devemos acreditar, seja pelas realizações de entidades privadas, seja pela ação governamental”.

EDITORA
RN-ECONÔMICO
LIMITADA

Avenida Rio Branco, 533 - 1.º andar - Salas 15 e 16
Edifício São Miguel — Natal (RN)
C. G. C. M. F. N.º 08423279

Diretor de Redação
Marcos Aurélio de Sá

Diretor Administrativo
Marcelo Fernandes

Diretor Comercial
Cassiano Arruda Câmara

Redatores:

Albimar Furtado
Alcimar de Almeida
Hélio Cavalcanti
Sebastião Carvalho
Departamento Fotográfico
Jaeci Emerenciano

Colaboradores:

Benivaldo Azevedo, Cortez Pereira, Dalton Melo, Edgar Montenegro, Eider Furtado, Fernando Paiva, Francisco Canindé Queiroz, Geraldo Guedes, Hélio Araújo, Hênio Melo, Joanilson de Paula Rêgo, João Batista Cascudo Rodrigues, João Wilson Mendes Melo, Jomar Alecrim, José Cavalcanti Melo, Leonardo Bezerra, Mário Moacyr Pôrto,

Moacyr Duarte, Ney Lopes de Souza, Nivaldo Monte (Dom), Otto de Brito Guerra, Reginaldo Teófilo, Severino de Brito, Ubiratan Galvão, Walfredo Gurgel (Monsenhor).

RN-Econômico, revista especializada em assuntos econômicos, financeiros e políticos, é de propriedade da **Editora RN-Econômico Ltda.** — Avenida Rio Branco, 533 - 1.º andar, salas 15 e 16 Edifício São Miguel - Natal (RN) e impressa na **Tipografia Relâmpago**, Av. Rio Branco, 165, Natal (RN) - Preço do exemplar: Cr\$ 2,00 - Números atrasados: Cr\$ 2,50 — Preço da Assinatura Anual Cr\$ 20,00.

Notas do Redator

Dedicamos uma grande parte do espaço da presente edição à análise do problema do algodão fibra longa do Rio Grande do Norte. Em quase uma dezena de páginas com matérias sobre este assunto, pretendemos ilustrar os nossos empresários a respeito do que é hoje na economia potiguar o velho "ouro branco". Depois de haver atravessado bons tempos, a cultura do algodão já não é tão rendosa porque nosso agricultor não se modernizou nem recebeu os incentivos para produzir mais. No entanto, os ventos sopram a favor do Rio Grande do Norte e agora as perspectivas para a cotonicultura são as melhores. O leitor poderá observar isso pela entrevista exclusiva que os diretores da Algodoeira São Miguel S/A — Douglas Wallace e Carlos Faria — concederam ao RN-ECO NÔMICO e que vai publicada nas páginas 5, 6 e 7.

O gerente da COBAL no Estado faz uma declaração séria e grave: em 1970, o Rio Grande do Norte importou quase 100% dos alimentos que consumiu. Esse fato, tratado minuciosamente em reportagem na página 15, refletiu os efeitos nocivos da seca de 1970.

Ainda nesta edição, ouvimos os agentes de transporte marítimo de Natal que asseguram que se o Governo do Estado usar "mão de ferro" resolve o problema do nosso porto. Só a desobstrução, não resolve.

Nossa capa — Ramagem de algodão desenhada por Ailton Paulino, do Departamento de Arte e Produção de RN-ECONÔMICO.

Sumário

Reportagens

Fazenda São Miguel — campo avançado de experiências com algodão mocó	5
Agricultura — velho dilema: se ficar o bicho pega, se correr o bicho come	8
Algodão — elevar a produção aumentando a área cultivada poderá significar menor rendimento	9
Se Governo Estadual usar mão de ferro resolve o problema do porto	10
RN importou em 70 quase 100% dos alimentos que consumiu	15
Plano de Ação de Cortez prevê integração entre Governo e empresariado	16
Falta de incentivos pode significar o fim da cotonicultura no RN	19
Tudo pronto para o Censo Econômico	20
Serviço Social tem saldo positivo em quatro emprêsas ...	21
Paulo Martins alerta para o perigo da exploração predatória das algas	29
Ressalvando-se o inverno, as perspectivas para 1971 são bem melhores	34

Seções

Opiniões	2
Homens & Emprêsas	12
Agenda do Empresário	18
Direito Fiscal	21

Artigo

Vamos implantar uma universidade de arte em Natal Meira Pires	30
---	----



Senhor Empresário

RN-ECONÔMICO circulará em edição especial no próximo dia 15 de março, data de posse do novo Governo do Estado.

Os anúncios para a referida edição deverão ser encaminhados à Redação desta revista até o próximo dia 7.

**O QUE É
QUE VOCÊ
TEM
A VER
COM
O NAI ?**

Mesmo que você não seja indústriar ou indústriário, o NAI é muito importante para você também. É um dos instrumentos de que dispõe o Estado para enfrentar o desafio do desenvolvimento. É desenvolvimento econômico que interessa a toda e comunidade.

É bem provável que você nunca tenha ouvido falar no NAI, mas os empresários sabem como ele realiza um trabalho importante.

Quando você ouvir falar no NAI, fique atento: são novos empregos que vão surgir, novas fábricas, novas oportunidades para todos.

Bem que você tem muito que ver com o NAI. O trabalho dele tem um único objetivo: VOCE



NÚCLEO DE ASSISTENCIA INDUSTRIAL

Av. Tavares de Lira, 109

■ ■ ■ CONVÊNIO SUDENE/BANDERN ■ ■ ■

FAZENDA SÃO MIGUEL:

Campo avançado de experiências com algodão mocó

O algodão mocó é, atualmente, não apenas uma valiosa matéria prima quase que exclusiva do Rio Grande do Norte, mas transformou-se, também, ao longo dos anos, em um grave **problema social** para êste Estado. Com o empobrecimento gradativo do nosso solo (**nos últimos 40 anos as terras cultivadas do Rio Grande do Norte perderam 50 por cento de sua fertilidade**) e com a falta dos incentivos governamentais, a cultura do algodão fibra longa tende, inexoravelmente, ao extermínio.



Mr. Wallace: "nossa luta é pela seleção de sementes, melhoria da qualidade e aumento da produção".

Entretanto, um trabalho sério no sentido de não deixar desaparecer o nosso "ouro branco" ainda está sendo levado a efeito, sem alardes e sem trombetas, por uma empresa: a Algodoeira São Miguel S/A e sua equipe técnica, chefiada pelo geneticista Carlos Faria, considerado uma das autoridades internacionais em algodão. O trabalho é árduo e demorado mas já apresenta algum saldo positivo. Como, por exemplo, a obtenção de uma produção em canteiros experimentais de 1.300 quilos de algodão fibra longa em caroço por hectare em 1969 e 1970 (ano sem chuva) 400 quilos, apenas com o uso de adubo químico (azoto).

Mr. Douglas Wallace, Diretor da Algodoeira São Miguel S/A, convidou os diretores de RN-ECONÔMICO para verem de perto o trabalho que ali vem sendo executado no sentido de salvar a cultura do algodão mocó, de melhorar a qualidade de sua fibra e de aumentar a sua produção por hectare. Em um dia de visita e em longas horas de entrevistas com o geneticista Carlos Faria, com Mr. Wallace e com os técnicos ingleses Charles Birch e John Sheppard, RN-ECONÔMICO pôde conhecer detalhadamente os planos e os resultados das experiências que a empresa executa na Fazenda São Miguel, encravada no município de Fernando Pedroza, uma das áreas mais secas do Estado.

O objetivo da Fazenda São Miguel é produzir sementes selecionadas de alto poder germinativo.

A Algodoeira São Miguel S/A abastece de algodão fibra longa a maior indústria de linhas em operação no Brasil: a Linhas Corrente S/A, com fábrica em São Paulo. No ano de 1970 esta empresa adquiriu cerca de 4,5 milhões de quilos de algodão mocó, no Rio Grande do Norte, através da Algodoeira São Miguel, que desenvolve a tarefa de selecionar sementes, distribuí-las entre os agricultores e, em seguida, comprar a produção para encaminhá-la para o Sul. Com essa política, a Algodoeira São Miguel, que possui como campo de experiências a Fazenda São Miguel, vem obtendo a melhoria gradativa do nosso algodão, conseguindo fibras mais resistentes e mais longas, de alta importância para a fabricação de tecidos finos.

Para a fundação das próximas safras, a Fazenda São Miguel deverá distribuir no corrente ano, gratuitamente, cerca de 200 toneladas de sementes de algodão mocó altamente selecionadas, quantidade que permitirá o cultivo de 20 mil hectares de terras. A distribuição é feita aos produtores que tradicionalmente trabalham com a firma, recebendo

dela assistência técnica e vendendo-lhe a safra. Isto não importa numa regra de que só recebem sementes da Fazenda São Miguel os agricultores comprometidos em lhe entregar a produção, pois muitos deles negociam com outras firmas do gênero.

Para assumir o papel que hoje desempenha no Nordeste, onde é a maior empresa compradora de algodão fibra longa, a Fazenda São Miguel começou a trabalhar em 1922 e iniciou experiências de seleção de sementes que foram dinamizadas a partir de 1946, época em que a empresa participou de um trabalho da Estação Experimental do Seridó, em Cruzeta, então dirigida pelo geneticista Fernando Melo, trabalho este que caracterizou um tipo de algodão mocó superior. De lá para cá, a Fazenda tem procurado melhorar ainda mais a qualidade da fibra do algodão fazendo já agora uma seleção de sementes garantidas e puras, com alto poder germinativo. A seleção se faz utilizando uma máquina Transparaná, muito usada na catação de grãos de café para exportação, no Sul do país.

O Ministério da Agricultura — segundo pronunciamento feito pelo Ministro Cirne Lima em sua visita ao Nordeste em fins do mês de janeiro último, publicado no Estado de São Paulo de 28/1/71 — tem um plano para

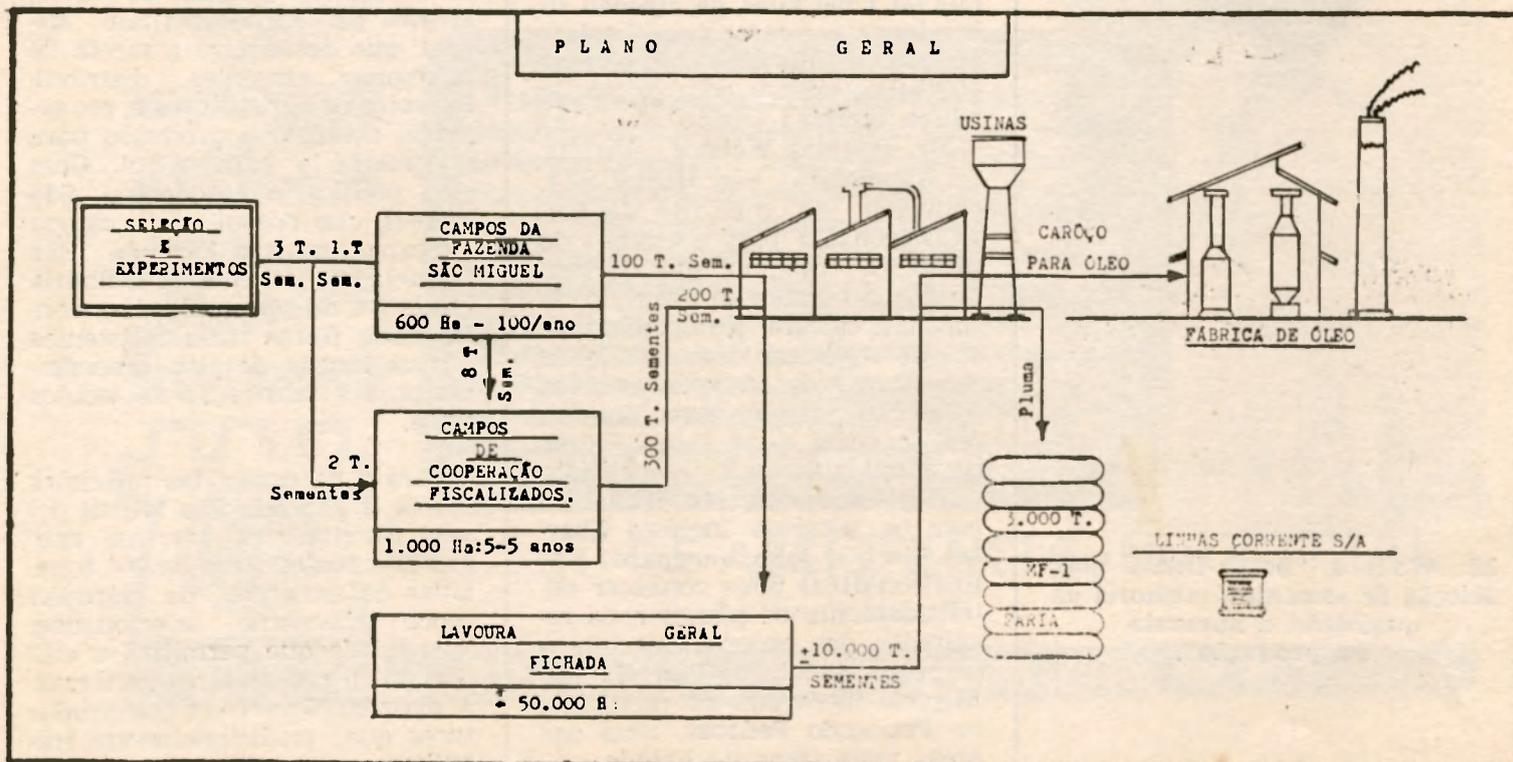
desenvolver a cotonicultura da região, particularmente na área produtora do algodão mocó, pois o algodão é um produto identificado com as condições ecológicas nordestinas, além de ter mercado interno e externo. O plano do Ministério é a ampliação das áreas de cultivo, a seleção de sementes e o aumento da produção por hectare. Coincidência ou não, o programa que a Algodoeira São Miguel S/A desenvolve no Rio Grande do Norte é o mesmo. Esse fato por si só revela o acerto da política da empresa.

A produção de algodão é baixa porque as terras estão cansadas. É preciso adubo.

O geneticista Carlos Faria, agrônomo que já foi Secretário de Agricultura e Diretor do Departamento de Produção Vegetal da Paraíba, Professor de Genética da Escola de Agronomia de Areia (PB), e que é também um dos diretores da Algodoeira São Miguel S/A, afirma categórico, antes mesmo que a pergunta termine de ser feita: A “baixa rentabilidade da cultura do algodão mocó no Rio Grande do Norte é decorrência da pobreza do solo e da falta de uso dos adubos necessários. Em 40 anos — prossegue Carlos Faria —

nós perdemos 50 por cento da fertilidade das nossas terras. Por isso, estamos seriamente preocupados na realização de estudos de solo, analisando, procurando determinar os elementos que necessitamos dar à terra. Em três anos de observação, concluímos que o elemento básico que falta ao solo é o azoto, que por ser muito solúvel, é sempre levado pelas primeiras chuvas, provocando nas plantas a fome desse elemento, ou seja, a arteriosclerose. Suprindo as plantas desse elemento, através da adubação, temos obtido na Fazenda São Miguel uma média de produção de 886 quilos por hectare, enquanto que nas áreas não adubadas não vai além dos 480 quilos, em média”.

Assegura Carlos Faria — homem que estuda o algodão seridó desde 1930 — que se o Governo subsidiasse adubos e inseticidas, estaria dando o passo mais acertado para a recuperação da cultura algodoeira no Nordeste. O problema da semente, apesar de também ser importante, é bem mais fácil de ser solucionado, pois não exige grandes investimentos. A própria Algodoeira, que já distribui gratuitamente 200 toneladas de sementes selecionadas, por ano, dispõe de condições, em anos normais, de distribuir uma quantidade muito maior e, até mesmo, de participar de programas destinados a



Cumprindo esse “Plano Geral”, a Fazenda São Miguel consegue uma seleção rigorosa de semente, para fundação das novas safras. Este ano, a Fazenda está distribuindo gratuitamente 200 t. de sementes.



Campo experimental da Fazenda São Miguel, no qual, obedecida a técnica de adubação e espaçamento, se consegue até 1.200 quilos de algodão, por hectare.

melhoria da fibra, utilizando em maior escala os elementos técnicos ora utilizados apenas na Fazenda São Miguel e em propriedades que produzem algodão para a empresa.

A demanda de algodão fibra longa tende a aumentar. Quanto mais produzirmos mais vendermos.

A implantação de novas fábricas de tecidos finos (principalmente de tergal) no Sul do país vai acarretar, a partir dos próximos meses, uma demanda maior de algodão fibra longa, o único capaz de se consorciar com o poliéster e oferecer um rendimento de alto nível. Como só o Nordeste pode produzir esse tipo de algodão, é de se esperar o incentivo governamental à cotonicultura da região pois ou se produz mais ou o país será forçado a importar esse tipo de fibra. Consideram os diretores da Algodoeira São Miguel que o Governo deve incentivar a cultura do algodão mocó subsidiando adubos e inseticidas, sempre entregando ao agricultor não o dinheiro para a compra de tais insumos, mas os próprios insumos nas quantidades necessárias. Isto obrigaria o uso dos adubos e inseticidas, pois os agricultores não teriam o que fazer senão empregá-los na lavoura. A desvantagem dos financiamentos tradicionais à agricultura se resume em que os utilizadores dos empréstimos muitas vezes diversificam as aplicações dos recur-

sos que recebem para aplicar exclusivamente na agricultura.

Segundo os cálculos técnicos, o Rio Grande do Norte cultiva 800 mil hectares/ano de algodão mocó, com um rendimento inferior a trezentos quilos de algodão em caroço por hectare. Considera Carlos Faria que, mesmo sem aumentar a área cultivada, com o simples emprego de adubo poder-se-ia duplicar a produção de fibra longa. Nesse sentido, o problema de maior gravidade é o custo elevado do adubo químico no Brasil. Uma tonelada de adubo à base de azoto custa quase trezentos cruzeiros, exceto o frete, havendo ainda despesas na aplicação do insumo, etc. Mesmo assim, conforme as experiências da **Fazenda São Miguel**, o uso de adubos é rentável.

Algodão mata não concorre com o mocó. Serve para fabricar tecidos inferiores.

O algodão mata, de fibras curtas, sendo uma planta herbácea, é cultivado sobretudo nas regiões mais chuvosas do Estado (faixas litorânea e agreste), havendo, todavia, fazendeiros da região produtora do mocó que também plantam o mata, embora em pequena escala. Este algodão é empregado na fabricação de tecidos grossos e de qualidade inferior, não concorrendo com o fibra longa. Por outro lado, oferece algumas vantagens para os fazendeiros.

“Isto se explica — segundo afirma Carlos Faria — porque o algodão mata é mais um fazedor de pastos e o que se investe na sua cultura retorna em menos tempo. Normalmente, o fazendeiro arrenda parte de suas terras ao morador, o morador planta, colhe, e, em seguida, o fazendeiro joga o gado dentro do algodão. O algodão mata também é necessário porque com ele se faz uma rotação de cultura (intercalando os campos de algodão com feijão e milho), uma conservação do solo e se vai arrumando a economia para dar roupa ao trabalhador no fim do ano”.

Continua o geneticista Carlos Faria: “O algodão arbóreo para o Nordeste representa, principalmente, um problema social porque uma vez que não se dá suporte técnico, inseticidas e adubos ao agricultor, o solo vai se enfraquecendo mais e mais e a cultura tende a desaparecer. O que observamos hoje é que o agricultor planta algodão mocó e tem prejuízo, pois o solo é pobre e ninguém lhe dá crédito para que ele faça uma agricultura racional. Quem ainda planta algodão mocó, planta porque não tem outra alternativa”.

Mr. Wallace:

“Vamos continuar nossas seleções e melhorar o produto”

Mr. Wallace toma a palavra para destacar: “Apesar das dificuldades sempre crescentes, a Algodoeira São Miguel S. A. vem atuando — e isso é inegável — como uma espécie de apoio ao Poder Público, num esforço crescente pela melhoria de qualidade do algodão e responsabilizando-se, até, pela distribuição de sementes de alta seleção em toda uma área fisiográfica do Rio Grande do Norte”.

E prossegue Mr. Wallace: “Sem qualquer dúvida, vamos continuar nossas seleções para melhorar o produto e sua rentabilidade, colaborando com o máximo de franqueza. Os resultados desse nosso trabalho sempre foram oferecidos e o serão sempre, às demais entidades públicas e privadas que se interessem pelo problema do algodão fibra longa do Nordeste. E, assim procedendo, temos a impressão de que estamos contribuindo para alguma coisa de valor dentro do sentido de nossas atividades”.

O velho dilema: se ficar o bicho pega, se correr o bicho come

Depois de enfrentarem uma seca, e já antevendo a possibilidade de não terem agora bom inverno — baseados nos índices de precipitação pluviométrica e nas palavras dos nossos profetas — os agricultores do Rio Grande do Norte enfrentam um dilema tão forte quanto a verdade do velho ditado: “se ficar o bicho pega e se correr o bicho come”.

Para os médios e grandes agricultores o reescalamento dos empréstimos para fundação da safra passada, além de uma rima é uma solução. Contam, pelo menos, com a certeza do crédito oficial para fundarem nova safra, e, se tudo correr bem “aprumar novamente os negócios”, segundo palavras de um deles.

Os pequenos agricultores, que não operam nos bancos e que tiveram de se alistar nas frentes de trabalho, ganhando no ano passado menos do que o suficiente para sua subsistência (dois cruzeiros de diária), certamente não conseguiram amealhar o suficiente para comprar sementes, inseticidas, implementos agrícolas e para a sua própria manutenção até as primeiras colheitas.

O que fazer?

Até o presente não existe nenhum programa governamental — pelo menos divulgado — para enfrentar este problema. Qual seria a solução: distribuir gratuitamente as sementes?

Esta solução paternalista parece não se coadunar bem com a atual política governamental.

Mas, quais as garantias reais que um homem de pouco ou nenhum patrimônio pode oferecer num processo de financiamento normal?

E AGORA JOSÉ?

Partindo deste quadro, comum para toda a região nordestina, vamos chegar num problema ainda mais grave: o do algodão no Rio Grande do Norte que —

apesar de considerado como cultura gravosa — é um das principais fontes da nossa economia.

Segundo determinações do Conselho Regional de Agricultura, o Poder Público, a partir deste ano vai limitar-se apenas a incentivar a cultura do algodão de fibra longa, o mocó ou seridó — “o melhor algodão do mundo” — procurando com sua omissão erradicar a cultura do algodão herbáceo — de fibra curta — sob o argumento de que este produto enfrenta a concorrência de similar do sul do país, onde os índices de produtividade são bem maiores, e, consequentemente, os custos são ainda menores.

Em outras palavras: os lucros do algodão herbáceo produzido no sul do país, nos atuais preços, são compensadores, enquanto que, mesmo com os altos preços alcançados na última safra — bastante reduzida — no fim das contas não são compensadores para o nosso agricultor.

Este é um problema por de mais complexo e sua solução não poderia vir a curto prazo, uma vez que implicaria num vasto programa de infra-estrutura que começaria pela irrigação.

Todos estes argumentos, entretanto, foram insuficientes para determinar o incentivo a produção deste tipo de algodão, só que se ofereceu ainda uma opção para este coticultor. Plantar o que? E quais as garantias de mercado para o novo produto que substituiria o algodão fibra curta?

A falta do incentivo governamental poderá agravar mais o problema, pois o agricultor dificilmente vai partir para outro tipo de cultura e, depois de vencer a seca, terá agora de enfrentar o drama da volta a normalidade.

HORA DA RETOMADA

O Ministro da Agricultura, sr. Cirne Lima, na sua última visita

ao Nordeste, mostrou-se sensível ao problema do algodão e desejou conhecê-lo.

Num jipe, sem gravata e longe das solenidades oficiais percorreu a Estação Experimental do Seridó, e mais: logo depois de seu regresso a Brasília convocou alguns técnicos potiguares para com ele discutirem o assunto.

O Governo Federal sensível ao assunto já é um bom indício, mas não é tudo.

Além do interesse das altas esferas existe algo mais concreto e que necessita do apoio de todas as forças vivas do Estado: a volta a normalidade.

Esta tese do futuro governador Cortez Pereira, que só poderá funcionar com a canalização de vários recursos para a agropecuária, demonstra a grande preocupação da futura administração estadual para o setor primário da economia.

Com isto, quis dizer Cortez que, cessada a seca, não cessaram os seus efeitos. Mesmo sem querermos maximizar o problema das irregularidades climáticas e sem desejarmos transformar este fator negativo em cavalo de batalha — RN-ECONÔMICO nº 21 — temos de concordar com o futuro Governador quando ele afirma que em 58, o rebanho do Rio Grande do Norte ficou reduzido a um quarto e que a recuperação da economia nos campos demorou quatro anos.

Será que podemos esperar este tempo todo?

A verdade é que a volta a normalidade tem de ser preparada já. Preparação que começa com a fundação da nova safra. Safra que deve começar a ser fundada imediatamente, mesmo sem termos a certeza de um bom inverno.

Do contrário é retroagirmos no tempo e no espaço, perpetuando a velha mania de chorarmos o que não conseguimos no passado, sem a preocupação de prepararmos o futuro.

O Presidente da Federação da Agricultura se pronuncia sobre a política de incentivo ao plantio do algodão mocó:

Elevar produção aumentando a área cultivada poderá significar menor rendimento

Entrevista exclusiva concedida pelo Dep. Moacyr Duarte a RN-ECONÔMICO.

O deputado estadual Moacyr Duarte, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, autor de várias publicações sobre os problemas da nossa agropecuária e, além de tudo, homem entrosado com os planos de Governo que envolvem esse tema, responde a RN-ECONÔMICO, em entrevista exclusiva, o que se pode esperar de bom e de novo em termos de incentivo à cultura do algodão mocó.

Considera o deputado Moacyr Duarte que uma medida adotada pelo Ministério da Agricultura ou pelo Governo do Estado que visasse o aumento da produção do algodão mocó apenas pela expansão da área cultivada seria inócua, pois viria "diminuir ainda mais os baixos rendimentos desta cultura por unidade de área, em virtude desta expansão ter forçosamente que se realizar em solos de duvidosa e precária fertilidade, considerando-se que as melhores faixas agricultáveis já estão ocupadas". Ele afirma, também, que o problema da comercialização do algodão é prioritário e deve ser olhado com maior seriedade, de vez que com a estrutura atual de comercialização o produtor sempre tem sido o grande prejudicado. Por fim, ele pede "preços compensadores" para o algodão; pede a intervenção do Governo na comercialização do produto, estendendo para o Nordeste o famoso slogan muito conhecido no Centro-Sul — "Plante que o Governo compra"; e assegura que a classe ruralista do Estado confia no Governo de Cortez Pereira.

RN-ECONOMICO — Como a Federação da Agricultura do Rio Grande do Norte vê a política preconizada pelo Ministério da Agricultura de incentivo à expansão da produção do algodão Seridó?

Moacyr Duarte — "A FAERN recebe com o mais efusivo entusiasmo toda promoção do governo que venha trazer reais incentivos à produção agropecuária. No caso do algodão Seridó desejamos lembrar que um aumento de produção pela expansão da área cultivada poderá diminuir ainda mais os baixos rendimentos desta cultura por unidade de área, em virtude desta expansão ter forçosamente que se realizar em solos de duvidosa e precária fertilidade, considerando-se que as melhores faixas agricultáveis já estão ocupadas.

A nosso ver o aumento da produção deve ser efetivado através de um conjunto de medidas visando a elevação dos rendimentos por unidade de área. Concomitantemente, o governo federal deve dar prioridade ao problema da comercialização, pois é comum os órgãos de assistência técnica acompanharem os agricultores do cultivo à colheita, deixando a comercialização entregue a intermediários e usineiros, hábeis manejadores do mercado, em detrimento do produtor que, em última instância, é o elo mais fraco da corrente produtiva.

Outra forma de ação governamental seria o estabelecimento de uma política agressiva de estímulo à produção da cultura do fibra longa, com a adoção da paridade do preço dessa matéria

prima em consonância e no mesmo diapasão com a evolução do índice geral de preços.

Vejamos, a título exemplificativo como essa paridade se distancia cada vez mais da realidade, evidenciando, de ano para ano, a deterioração dos preços do nosso principal suporte econômico, cujos preços jamais se equiparam ao índice ascensional dos custos de produção. Se tomarmos o ano de 1958 como base, em que 100 unidades de algodão correspondiam ao valor de 100 unidades de mercadorias diversas, verificamos que esse produto vem perdendo gradativamente seu valor real, pois em 1969 para adquirir as mesmas 100 unidades de mercadorias diversas necessitaríamos de 237 unidades de algodão".

RN-ECONÔMICO — De que necessitam os cotonicultores para apresentar melhor rendimento de algodão por hectare?

Moacyr Duarte — "Preços compensadores, que corrijam as distorções verificadas no longo período em que o agricultor foi descapitalizado pelo achatamento do valor do produto;

b. Confiança em que, realizados novos investimentos na cultura, não venha ocorrer, com o aumento da produção, um excesso de oferta em detrimento do valor do algodão, como aconteceu com o Sisal;

c. Que o slogan "Plante que o governo compra", hoje amplamente divulgado na região Centro-Sul, se estenda ao Nordeste;

d. Se o governo subsidia culturas em outras regiões, por que não adotar o mesmo tratamento com relação ao algodão Seridó?

e. Embora reconhecendo o esforço dos órgãos de assistência técnica, parece-nos que deveriam evoluir para oferecer técnicas aos agricultores de comprovada eficácia econômica”.

RN-ECONÔMICO — O Governador Cortez Pereira encara o problema agropecuário com prioridade. O que a FAERN espera do próximo Governo do Estado, particularmente no caso do nosso algodão.

Moacyr Duarte — “A classe ruralista confia no Governador Cortez Pereira, não em termos de promessa, mas de realidade. Ele também é um agropecuarista. Conhece as nossas frustrações e dificuldades. E dentro do espírito da filosofia desenvolvimentista que preconiza para seu governo, certamente a sua preocupação maior será a da integração do homem do interior no processo do desenvolvimento do Estado. Agora mesmo, em sua recente viagem ao sul do país, não se descurou do problema e teve oportunidade de oferecer ao Presidente Médici valiosas sugestões que objetivam a recolocação da cotonicultura potiguar no lugar de destaque que sempre mereceu no contexto de nossa economia”.

Agentes marítimos declaram:

Se Governo Estadual usar mão de ferro resolve o problema do nosso porto

A retirada da “pedra do picão” do canal de acesso ao cais do porto de Natal pode não ser de grande valia. Nem mesmo a longo prazo. Isto é o que se desprende das opiniões (algumas vezes ressentidas) dos usuários do porto: os agentes das companhias de cabotagem, nacionais ou internacionais, cujos navios periodicamente aportam em Natal.

A situação do cais em especial é a principal razão da descrença. Como está, o porto de atracação não comporta navios de mais de 22 pés — o calado máximo que entra na barra. Com a retirada da pedra poderão vir navios de até 30 pés, mas um máximo de 25 já seria sobrecarga para o cais. Que, por outro lado, não poderia ser dragado pura e sim-

plesmente, sob pena de ameaça de sua estrutura, já corroída pela própria ação das marés.

Se, por outro lado, fôsse feito o reaparelhamento total do cais do porto — e há previsão neste sentido — adviria uma situação mais melindrosa: não haveria o que exportar ou, mais precisamente, um navio de grande calado não teria interesse de vir a Natal, pois se trouxesse mercadoria, não teria o que levar de volta. Ou melhor, não teria o bastante para lotar a sua capacidade de transporte.

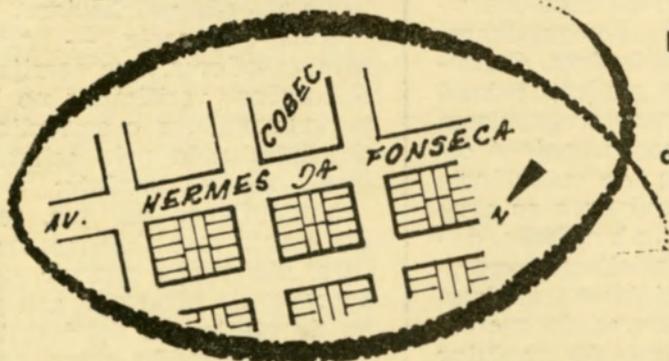
Mas o problema não se restringe apenas a esses pontos de vista supostamente superficiais. A profundidade da questão está, justamente, no estudo de cada detalhe que os representantes locais da marinha mercante exteriorizam muitas vezes se resguardando de ferir susceptibilidades. Porque entendem o esforço que foi dispendido e o que, de qualquer forma, representa o trabalho ora realizado pelos homens-rãs do Corpo de Fuzileiros Navais: a explosão de 15 mil metros cúbicos de pedra de formação arenítico-ferrosa, formados por blocos superpostos que variam de 50 a 70 toneladas de peso, cada um.

Para os agentes, a questão é tão mais profunda que requer uma participação definitiva da parte dos governos estadual e federal, na adoção de medidas preventivas e estimulantes.

O sr. Rui Moreira Paiva (*) por exemplo diz que “com o calado garantido de 25/30 pés, é óbvio que resultarão algumas vantagens. Mas, ainda assim, no que se refere à economia comercial e industrial, somos duvidosos, porque o problema comporta estudo em profundidade, que seria difícil de ser abordado aqui”.

ESTAMOS NO MELHOR PONTO

Loteamento “OSWALDO CRUZ”



Localizado na
Av. Hermes
da Fonseca,
em frente
ao COBEC

Única oportunidade para você adquirir o melhor terreno, pelo melhor preço.

Financiado em 30 meses, sem juros e, sem correção monetária.

VENDAS: MANOEL MACEDO
Edifício 21 de Março, Sala 509

O "estudo em profundidade" a que se refere o sr. Rui Moreira Paiva é detalhado pelo sr. Pedro Ribeiro (**): "O Governador João Agripino, da Paraíba, proibiu, através de uma medida de-sassomburada, que qualquer mercadoria produzida no Estado fôsse embarcada no pôrto do Recife. Só o embarque do sisal paraibano através de Cabedelo acasionou uma sensível queda no movimento do pôrto pernambucano. Seria o caso de semelhante atitude ser tomada aqui no Rio Grande do Norte".

Nesse ponto êle está (em principio) de acôrdo com o principal entusiasta da desobstrução do pôrto de Natal, o almirante Tertius Cesar Pires de Lima Rebello, vice-governador eleito: "Com a entrada e tráfego de navios de grande porte em Natal, o algodão será exportado por aqui, assim como o sisal, a cêra de carnaúba, peles, mármore, minérios".

Mas só em principio, porque é ainda o sr. Pedro Ribeiro quem adianta, com a experiência de usuário do pôrto: "os navios de grande calado preferem ficar nos portos de Cabedelo e Recife e ali serem carregados porque lá desembarcam mercadorias para Recife, João Pessoa, Alagoas e Salvador, enviando-as por terra aos portos destinatários, regressando aos seus portos de origem sem onerar a viagem com mais escalas".

A solução seria mesmo uma tomada de posição do tipo da do governador paraibano, para obrigar os nossos importadores a virem a Natal buscar os nossos produtos?

É o que se entende, se é que se quer utilizar o Pôrto de Natal na plenitude de sua ampliação agora iniciada. Porque, como diz ainda o sr. Pedro Ribeiro: "Mesmo na época da safra, a exportação atual no nosso pôrto não excede 1.500 toneladas por mês". E é o que corrobora o almirante Tertius Rebello: "Atualmente, o que se vê são produtos como o sisal, armazenados no cais, à espera de serem levados para Cabedelo, porque navios de grande calado não podem vir buscá-los".

Os navios de grande calado só poderão entrar quando houver mercadoria suficiente para justi-

ficar mais uma escala. Ainda é o sr. Pedro Ribeiro quem fala: "Há pouco tempo tivemos um navio da Delta Lines que não pôde entrar em nosso pôrto porque era de grande porte. Trazia mercadorias do programa norteamericano "Alimentos para a Paz", que seriam aqui desembarcados. Com a impossibilidade de entrar na barra, o barco foi para Recife, desembarcou ali a mercadoria e mandou tudo por terra. A operação já se repetiu várias vezes. A companhia disse que quando a situação do pôrto fôsse remediada, entraria em Natal. Mas acho difícil isto ocorrer. Principalmente porque em Recife o navio pode embarcar mercadorias daqui, de Maceió, de Salvador, até mesmo de Cabedelo. E aqui, vai embarcar o que?"

QUESTAO DO FRETE

O que se sente também da parte dos agentes de cabotagem é o interêsse numa revisão da política de fretes. O frete marítimo é três vezes mais barato do que o rodoviário, mas as firmas importadoras preferem receber mercadorias vindas em caminhões.

Outro representante da firma Fernandes & Cia. acha que "a solução do pôrto de Natal está na importação. A solução da exportação virá a longo prazo. Mesmo que seja primordial uma medida do tipo da do Governador João Agripino, para movimentar os embarques, deveria haver uma revisão na política de fretes. O frete marítimo poderia ser, se não impôsto, mas pelo menos forçado em condições proporcionais ao terrestre".

E analisa: "Por que tudo em Natal é mais caro? Porque tudo é transportado por terra. E chega mais caro. O comerciante recebe, acresce ao custo da mercadoria o preço alto do frete, coloca a sua base de lucro e quem paga tudo é o consumidor. Se a mercadoria fôsse transportada por mar, havendo uma fiscalização rigorosa na questão do lucro, então se mataria dois coelhos de uma só cajadada: Natal não seria uma cidade de vida cara e o problema do nosso pôrto teria encaminhada a solução para o seu eterno problema de sobrevivência".

(*) — Diretor-presidente de Representações Rui Paiva, agente da Frota Nacional de Petroleiros, Hapag Lloyd (Lóide alemão), Moore McComarck Lines Inc. (norteamericana), Ivaran Lines (norueguesa), etc.

(**) — Chefe de Operações da firma Fernandes & Cia., agentes da Delta Lines (norteamericana), Booth Lines (inglesa), Emp. Lineas Marítimas Argentinas, Lloyd Real (holandesa), Navegação Mercantil, Shell Marine (petroleiro), etc.



Para você não perder tempo, Raul coloca a sua disposição um carro 69 enquanto você troca os pneus do seu carro



HOMENS e EMPRESAS

marcos aurélio de sa

BORBOREMA — UM COMPLEXO INDUSTRIAL

A Fiação Borborema, apesar de ainda não ter data marcada para a sua inauguração, já está produzindo quase duas toneladas diárias de fios de algodão fibra longa, trabalhando em três turnos. A fábrica, equipada com máquinas alemãs, classifica-se entre as mais modernas fiações do Brasil, sendo o seu produto atualmente disputado por inúmeras tecelagens de São Paulo que trabalham com o algodão fibra longa. O projeto da Borborema, recentemente atualizado pela SUDENE, atinge a casa dos 15 milhões de cruzeiros. Por outro lado, apesar de não estar ainda funcionando com sua total capacidade de produção, a Fiação Borborema já se classifica como a indústria do Rio Grande do Norte que mais consome energia: mensalmente, esta empresa paga à COSERN 28 mil cruzeiros. O seu consumo de água é de 8 mil litros/dia.

FESTA DA CUMIEIRA DA COIRG

A Companhia Industrial Rio-grandense do Norte — COIRG — festejou com um churrasco a sua festa da cumieira, em fins do mês de janeiro. O acontecimento teve a presença do Governador Walfredo Gurgel e do Governador Cortez Pereira, com os seus respectivos secretários, e de mais uma centena de autoridades, empresários e jornalistas.

Newton Câmara, Diretor-Presidente da empresa, recebeu muitas congratulações e elogios pelo sucesso do seu trabalho. Vale ressaltar que a festa da cumieira da COIRG foi celebrada exatamente no primeiro aniversário do lançamento da pedra fundamental.

FRESIDENTE DA DUBOM VISITOU NATAL

Feiz Salim Carone, Diretor-Presidente da DUBOM S/A, indústria de sabonete em fase final de implantação no município de Parnamirim, esteve em Natal durante algumas semanas, para ver de perto o andamento das obras de construção do seu complexo fabril. Com o funcionamento previsto para o mês de dezembro, a DUBOM S/A produzirá 2 mil quilos de sabonetes e 2 mil quilos de sabões, por dia, além de elevada quantidade de glicerina, para exportação. Feiz Salim Carone já regressou a Vitória do Espírito Santo, onde dirige as Indústrias Glória S/A, fabricante do sabonete Forzly. Em sua companhia viajou Mário Caroni, seu filho, que é Diretor-Industrial da DUBOM e tem residência em Natal.

CIBRESME NO RN

Fernando Bezerril Comércio e Representações conseguiu classificar-se em primeiro lugar no Brasil entre todos os representantes da CIBRESME, pelo grande volume de negócios que realizou no Rio Grande do Norte em favor desta indústria. Fernando, que em 1970 deveria realizar negócios que atingissem a soma de 800 mil cruzeiros (cota fixada pela CIBRESME), atingiu nada menos de Cr\$ 1.350.000,00 vendendo estruturas metálicas à Granja Lawar, JOSSAN, SITEX, ALGIMAR, Cooperativa Mista de Parnamirim, etc. No início deste ano, Fernando, praticamente já superou as vendas do ano passado, firmando com o 3º Batalhão de Engenharia um contrato de Cr\$ 900 mil, para que a CIBRESME forneça estruturas metálicas para todo o aquartelamento de Picos (Piauí), para onde já está transferida a unidade militar. Fernando também já firmou um novo contrato com a JOSSAN, para fornecimento de

estruturas que cubram uma área de 6 mil metros quadrados.

EDIFÍCIO ETOILE

Está a cargo de Paiva, Irmão & Cia. o lançamento do Edifício Etoile (prédio de 20 apartamentos, tipo luxo, na Av. Hermes da Fonseca), do conjunto residencial São José (58 casas no bairro de Lagoa Nova) e do conjunto Santa Mônica (30 casas, próximas ao conjunto Nova Dimensão). Paiva, Irmão & Cia., é um escritório de vendas imobiliárias e quem o dirige é o economista Fernando Paiva, Administrador Geral da APERN.

COMPUTADOR PARA APERN

Quem informa é Fernando Paiva: a partir de junho a APERN vai dispor de um computador Burroughs L400, da terceira geração. O computador fará os levantamentos de saldo médio e correção monetária de todas as cadernetas de poupança, fará a contabilidade geral da APERN, os borderôs de cobrança, as estatísticas e inúmeros outros serviços que atualmente são realizados pelos métodos primários, demandando muito mais tempo.

A. GASPAR SE EXPANDE

O engenheiro Arnaldo Gaspar informa que será lançado em abril o conjunto de apartamentos "Chácara 402", a ser construído na avenida Deodoro, local onde já funcionou o DER. O "Chácara 402" será formado por três gigantescos edifícios de 12 andares, cuja construção demorará o máximo de 18 meses e terá financiamento do Banco Nacional de Habitação. Por outro lado, também informa Arnaldo Gaspar que a Construtora A. Gaspar está, atualmente, com três frentes de trabalho: uma em nosso Estado, outra na Paraíba e a terceira em Pernambuco. Na Paraíba, A. Gaspar está construindo 6 importantes pontes da Rodovia BR-230, além de uma estação de tratamento d'água em Sapé, um reservatório e outra estação de tratamento d'água em Mari. Em Pernambuco, a empresa está construindo o Depósito

Regional do Banco do Brasil, na estrada da Imbiribeira. Em breve, **A. Gaspar** fará um grande lançamento imobiliário em Salvador.

GUARARAPES NOS ESTADOS UNIDOS

Três meses atrás, **RN-ECONÔMICO** divulgou em primeira mão a criação da empresa **Guararapes em Mejico**, que significou a primeira investida de um industrial norte-riograndense no exterior. **Nevaldo Rocha**, diretor-presidente das **Confecções Guararapes S/A**, informa, ainda em primeira mão para esta revista, que já está criada a firma **Guararapes of America, Inc.**, com sede em Miami. Esta nova empresa do grupo **Nevaldo Rocha** importará do Brasil toda a produção da fábrica que as **Confecções Guararapes S/A** instalaram em São Paulo, lançando as roupas brasileiras no mercado americano. A diretoria da **Guararapes of America, Inc.** é constituída de: **Nevaldo Rocha** — diretor presidente; **Sidney Gurgel** — diretor vice-presidente; **Helmann Gurgel** — diretor financeiro; e **Newton Monte** — diretor comercial (business manager). Os três últimos diretores já fixaram residências nos Estados Unidos, enquanto o primeiro irá a Miami de dois em dois meses. O capital de **Guararapes of America, Inc.** é de 100 mil dólares.

CONFECÇÕES REIS MAGOS

As **Confecções Reis Magos**, que tiveram carta-consulta aprovada pela **SUDENE** para ampliação e realocação de sua indústria (com recursos dos artigos 34/18) acabam de adquirir um terreno com 20 mil metros quadrados, à margem da pista de Parnamirim, para instalação da sua nova fábrica. Com a ampliação, o capital autorizado das **Confecções Reis Magos** passará para Cr\$ 8 milhões.

LUIZ AMORIM ASSUME FIERN

Na ausência de **Exedito Amorim**, que se encontra no Rio em tratamento de saúde, assumiu a **Presidência da Federação das In-**

dústrias Luiz Amorim. Por outro lado, **José de Oliveira Lima**, presidente do Sindicato das Indústrias da Cerveja e Bebidas em Geral voltou à chefia do Departamento Sindical da **FIERN**, cargo remunerado.

SITEX RECEBEU EQUIPAMENTOS

O industrial **Hemetério Gurgel**, diretor-presidente da **SITEX**, informa que a sua empresa já recebeu todos os equipamentos necessários para sua instalação. As máquinas, provenientes do Japão, serão as mais modernas em uso no Brasil para fabricação de etiquetas. A **SITEX** terá, inicialmente, uma capacidade de produção da ordem de 10 milhões de etiquetas/ano e concorrerá em preço e qualidade com as melhores empresas similares do país. Acredita **Hemetério Gurgel** que a indústria de confecção local poderá sozinha, consumir toda a produção da **SITEX**.

FERNANDO CASCUDO REPRESENTA O RN

O jornalista **Fernando Luís da Câmara Cascudo**, diretor de **Manchete** e um homem muito bem relacionado nas altas esferas federais, foi convidado pelo Governador **Cortez Pereira** para representar o Rio Grande do Norte no Rio de Janeiro. Para chefiar o Escritório do nosso Estado em São Paulo irá o industrial **Clóvis Motta**, atual vice-Governador. Para representar o Governo em Recife, o professor **Cortez Pereira** havia pensado no nome do coronel **Manoel Leão Filho**. Mas este foi convidado para integrar a assessoria do novo Superintendente da **SUDENE**.

UBIRATAN DESCOBRIU A VERDADE TRIBUTÁRIA

O futuro Prefeito **Ubiratan Galvão** já encontrou a fórmula que lhe permitirá a execução de um programa de trabalho: exigir a verdade tributária. Levantamentos feitos mostram que os poucos prédios de Natal que são cadastrados na Prefeitura pagam o imposto predial sobre menos de 20% do seu valor. A exigência da verdade tributária

vai acarretar para **Ubiratan** uma certa impopularidade nos primeiros dias do seu mandato, mas será a única maneira para que a Prefeitura tenha o mínimo de condições de realizar o que o natalense espera que se faça pela sua cidade.

ANDREAZZA NO RN

O ministro **Mário Andreazza** vem mais uma vez ao Rio Grande do Norte neste início de ano. Desta feita, no próximo dia 5, para inaugurar o trecho da Rodovia BR-226 entre Acari e Jardim do Seridó, que tem uma extensão de 55 quilômetros. A obra, delegada pelo Governo Federal ao **DER**, foi construída pela Empresa Industrial Técnica S/A. Notícia ainda não confirmada, dá conta de que o ministro dos Transportes aproveitará a visita ao Rio Grande do Norte para comparecer ao lançamento das fundações do pôrto-ilha de Areia Branca.

FLORÊNCIO EM NATAL

O deputado federal **Antônio Florêncio de Queiroz** está sendo esperado em Natal nos primeiros dias de março. Vem manter reuniões com os pequenos salineiros do Estado, com vistas à instalação das cooperativas de comercialização do sal. Ele também cuidará de preparar a recepção ao Ministro **Mário Andreazza** que na primeira quinzena de março irá a **Areia Branca** assistir a colocação da primeira estaca de sustentação do **Porto-Ilha**.

SEMINÁRIO EM SÃO MIGUEL

Mr. Wallace, Diretor da **Algodoeira São Miguel**, aceitou a sugestão de **RN-ECONÔMICO** de promover um seminário sobre algodão mocó dentro do seu próprio campo experimental localizado na **Fazenda São Miguel**, município de Fernando Pedroza. Para o seminário, cuja data e tópicos ainda não estão definidos, **Mr. Wallace** pretende convocar os estudiosos do problema do algodão fibra longa, homens de governo e empresários, para que todos vejam os resultados dos trabalhos de pesquisa que a **Fazenda São Miguel** realiza desde 1922.

MERCANTILCRED S/A

Crédito, Financiamento e Investimentos

Carta Patente n. A-68/122 do Banco Central do Brasil
 End. Telegráfico: "MERCANTILCRED" — Caixa Postal, n. 603
 Av. Rio Branco, n. 541 — 1º e 2º andares — Tels. 2561-2204
 C.G.C. n. 08336901

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970 COMPREENDENDO MATRIZ E FILIAL

A T I V O			P A S S I V O		
DISPONIVEL			INEXIGIVEL		
Caixa	13.662,55		Capital	900.000,00	
Depósitos em Bancos	137.880,34		Reserva Legal	16.046,82	
Dep. à Ordem do Banco Central	15.929,31	187.472,20	Lucros em Suspense	44.215,62	
			Fundo de Depreciações	6.750,08	987.012,52
REALIZAVEL			EXIGIVEL		
Devedores p/Resp. Cambiais			Obrigações Cambiais	4.468.059,55	
Financ. Consumidor Final	4.429.436,53		Refinanciamento FINAME	38.376,41	
Refinanc. Cons. Final	265.800,00		Credores em C/C Vinculada	4.704,30	
Financ. Capital de Giro	190.000,00	4.885.236,53	Contas Correntes	380.937,15	
			Departamentos no País	601.617,86	
Dev. p/Financ. FINAME	36.436,17		Imp. s/Operações Financeiras	10.797,88	5.504.493,15
Dev. p/Desconto de Títulos	94.784,00				
Letras de Câmbio Antecipadas	165.208,11		COMPENSADO		
Ações e Debêntures	4.000,00		Dep. de Bens em Garantia	16.245.174,06	
Contas Correntes	9.816,00		Caução da Diretoria	100,00	
Depósitos Vinculados	36.558,48		Garantias p/Seguros	240.000,00	
Departamentos no País	601.617,86		Consignantes de Valores	165.208,11	
Créditos em Liquidação	102.957,01	5.936.614,16	Credores p/Abert. de Créditos	110.663,84	
			Cobrança de Terceiros	38.376,41	16.799.522,42
IMOBILIZADO			TOTAL DO PASSIVO	Cr\$	23.271.028,09
Máquinas e Equipamentos	104.153,39				
Móveis e Utensílios	73.008,67				
Almoxarifado	49.922,72				
Cauções	108,00				
Depósitos p/Investimentos	43.556,19	270.748,97			
PENDENTE					
Gastos de Inst. e Organização	82.199,26				
Despesas Antecipadas	14.471,08	96.670,34			
COMPENSADO					
Bens em Garantia	16.245.174,06				
Ações Cauconadas	100,00				
Contratos de Seguros	240.000,00				
Valores em Consignação	165.208,11				
Contratos p/Abert. de Créditos	110.663,84				
Títulos em Cobrança	38.376,41	16.799.522,42			
TOTAL DO ATIVO	Cr\$	23.271.028,09			

Demonstração de "Lucros e Perdas" Referente ao Semestre encerrado em 31 de dezembro de 1970

D É B I T O			C R É D I T O		
DESPEAS ADMINISTRATIVAS			RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas de Pessoal	98.031,21		RECEITAS DIVERSAS	172.605,65	
Despesas Gerais	81.041,20	179.072,41	LUCRO	32.577,62	
				55.096,86	
DESPEAS OPERACIONAIS		05.059,06	TOTAL	Cr\$	260.280,13
LUCRO LIQUIDO					
Reserva Legal	807,43				
Lucros em Suspense	15.341,23	16.148,66			
TOTAL	Cr\$	260.280,13			

Natal, 31 de dezembro de 1970

Armando de Queiroz Monteiro Filho
 Diretor-Presidente

Benedito Marcondes Leite
 Diretor Vice-Presidente

Arimar França
 Dir-Superintendente

Ivanildo Dias Guimarães
 Téc. Contabilidade - CRC - RN - 1.113

Gerente da COBAL declara:

RN importou em 70 quase 100% dos alimentos que consumiu

Um dos principais problemas que sempre vem preocupando o Governo do Estado é o abastecimento dos gêneros alimentícios de primeira necessidade às populações que se situam em regiões mais distantes dos centros comerciais, uma vez que o Rio Grande do Norte é um Estado importador de mais de 75% dos alimentos que consome.

Agora a COBAL — Companhia Brasileira de Alimentos, tem um programa a executar em todo o Estado, beneficiando tôdas as regiões, através da instalação de postos revendedores ou auto-serviços volantes por via rodoviária ou ferroviária.

PLANOS 71

O Sr. Datis Hydalgo, paulista, que há seis meses gerencia a COBAL no Rio Grande do Norte, revela quais as principais metas que serão cumpridas em nosso Estado, dentro do programa de expansão da COBAL:

“Para o Rio Grande do Norte, nós estamos com estoques reguladores de gêneros alimentícios, e estamos ampliando a nossa rede de varejo, trabalho cujo ponto de partida foi a inauguração do nosso super-mercado em Mossoró”.

“Esperamos receber ainda este ano o serviço de super-mercado ambulante rodoviário e o ferroviário, que atenderá às cidades, vilas, distritos e povoados onde a rede do comércio particular, não atende diretamente ao consumidor, pois a filosofia da COBAL é atender ao consumidor, desde que a rede particular não esteja organizada. Quando isso acontece, a COBAL retira-se e parte para novos locais”.

ESTOQUE REGULADOR

O Sr. Datis Hydalgo explica o funcionamento do “Estoque Regulador”, cuja presença no Rio Grande do Norte é indispensável, tendo em vista a nossa pe-

quena produção agrícola ou industrial. Diz êle: “A COBAL já o desenvolve em todo território nacional. Por exemplo: determinado local da região tem problemas de abastecimento de alguns gêneros alimentícios. Então nós deslocamos esse produto, da região que o produz, à região que o necessita, onde procuramos, ao mesmo tempo, estabilizar o preço da mercadoria. Todos os gêneros de primeira necessidade são trazidos para o Rio Grande do Norte e, em 1970, devido a seca, houve uma importação de quase 100%”.

AMPLIAÇÃO DO VAREJO

A COBAL já tem em Natal três auto-serviços (Ribeira, Cidade Alta e Alecrim), em Mossoró, um super-mercado e agora, em 1971, pretende implantar mais sete auto-serviços. Já se encontram em estudo, dois projetos, para Caicó e Currais Novos, e nos próximos dias será proposta à Administração Nacional da COBAL as criações dos auto-serviços. Dos estudos ao funcionamento de um auto-serviço há um prazo entre 120 a 150 dias.

Acredita-se que até maio estejam sendo inaugurados em Caicó e Currais Novos, a seguir será a vez de Açú, Pau dos Ferros, Ceará Mirim e Santa Cruz, ou João Câmara.

Já está em funcionamento o sistema de estoque regulador em Pau dos Ferros, Açú e Caicó, distribuindo gêneros alimentícios aos órgãos credenciados na frente de trabalho, comerciantes credenciados e produtores.

RODOVIÁRIO/FERROVIÁRIO

No programa de atendimentos volantes serão implantados os sistemas de auto-serviços rodoviários e ferroviários. No primeiro, serão utilizados caminhões papa-fila, que possuem todo o esquema de funcionamento de um auto-serviço comum. Faz ponto em cada cidade, atendendo preferencialmente no dia da feira,

quando a população vai comprar seus artigos na cidade. O sistema de rodízio será de um mês para cada região, até que se instale o auto-serviço na cidade.

Já no plano ferroviário, serão utilizados dois vagões: um auto-serviço e outro depósito. Os vagões saem da linha principal, ficando num desvio, próximo à Estação Ferroviária, operando durante cinco dias.

Esses vagões estão sendo feitos pela Rede Ferroviária e há grandes possibilidades de funcionarem ainda este ano. Existe um acordo entre COBAL e Rede Ferroviária para estes auto-serviços, já que os vagões são alugados.

MOVIMENTO DE VENDA

Cerca de 500 mil cruzeiros é o movimento mensal da COBAL, que contribui em todos os impostos, porque para Datis Hydalgo “o objetivo é ensinar que mesmo pagando os tributos federal, estadual e municipal, os produtos podem ser vendidos a preço acessível, obtendo-se resultados financeiros, e empregá-los na melhoria e implantação de novos postos”. A meta agora é que até o fim do ano, o movimento atinja a um milhão de cruzeiros, porque “quanto mais movimento, maior o número de postos e maior assistência com melhores preços”.

MERCADO DO PRODUTOR

Informou ainda o gerente da COBAL/RN que em termos nacionais, a COBAL, no momento, tem seu pensamento voltado para a montagem de grandes centros de abastecimento.

O Rio Grande do Norte está pleiteando o privilégio para que se implante aqui uma dessas centrais, com funcionamento no estilo “mercado do produtor”, com produtos horti-granjeiros, gêneros alimentícios, obrigando o produtor a vir a Central vender o seu produto e, impedindo que a nossa produção saia “in natura” para outros Estados.

Várias vezes falou-se em apoio à iniciativa privada. Pela primeira vez — com a indicação de **Cortez Pereira** — passou-se a falar num "Govêrno para o setor privado". O que vem a ser isto e como esta idéia pode ser possível?

Plano de ação de Cortez prevê integração entre Govêrno e empresariado

Muitas vezes, no Rio Grande do Norte, o contribuinte — que representa sobremaneira a iniciativa privada — e o Estado foram vistos como adversários, senão como inimigos. Logo depois de indicado para o Govêrno, Cortez Pereira, em entrevista ao RN-ECONÔMICO, afirmava que governaria com o empresariado.

Repetidas vezes teve oportunidade de reafirmar isto mas, para os céticos, a afirmação tinha conotações maiores de "frase de efeito" do que propriamente de uma diretriz administrativa.

Sem ter ainda iniciado a sua administração, Cortez já demonstra que seu "apoio ao setor privado" não vai ficar apenas num jôgo de palavras.

No encerramento do "Seminário de Planejamento e Administração do Desenvolvimento" — o cursinho do Secretariado — ao apresentar as estratégias básicas para o seu plano de ação, deu maior prioridade, justamente, ao apoio ao setor privado.

Dentre os quatro objetivos globais do seu plano de ação, o prioritário é o setor econômico. Os outros três são: administrativo, social e político.

SETOR ECONÔMICO É PRIORITÁRIO

No setor econômico, o plano de ação do Govêrno Cortez Pereira tem cinco objetivos principais:

- 1 — Diversificação do sistema produtivo;
- 2 — Revitalização de atividades econômicas existentes;
- 3 — Ampliação da oferta de emprego;
- 4 — Aumento da produtividade;

5 — Elevação do nível de Renda.

O plano ainda não dispõe dos seus programas setoriais, que estão sendo elaborados pela equipe de cada órgão individualmente, porém dentro de um contexto geral já estabelecido, que foi chamado pela equipe técnica do futuro Govêrno, "Estratégia Global", compreendendo três políticas básicas: Política de Apoio ao Setor Privado, Política de Eficiência e Modernização do Setor Público e Política de Melhoria dos Serviços Básicos.

Para cada uma dessas três políticas, existe também uma estratégia básica.

Para atender a Política de Apoio ao Setor Privado, existe a Estratégia de Produção, compreendendo três pontos básicos:

- a) Agropecuária;
- b) Indústria;
- c) Minérios.

Existem indicações preliminares para todos os setores, numa sucessão de diagramas (os objetivos globais do Plano de Ação, assim bem como suas estratégias globais, foram apresentados sem nenhum texto corrido, mas em apenas 17 diagramas) como se fossem elos de uma grande corrente, mas ainda sem nenhuma programação específica, o que somente será conhecido depois da posse do novo Govêrno.

APOIO À INICIATIVA PRIVADA

Mas, neste verdadeiro esquema de planejamento, o mais importante é a constatação de uma

preocupação de todos para com o setor econômico de um modo geral e com a iniciativa privada, em particular.

Um exemplo disso é, sem dúvida, a estratégia básica de política bancária, que entre outras coisas estabelece a criação de um plano diretor de crédito para orientar a política creditícia do Govêrno através seus três órgãos o Banco do Rio Grande do Norte, o Banco de Desenvolvimento (BANCOFERN) e a Financeira RIONORTE, num passo inicial para que cada um trabalhe especificamente num raio de ação, mas os três trabalhando em conjunto.

E, por estes indícios, o Banco do Rio Grande do Norte ficaria com o controle da RIONORTE, dedicando-se principalmente ao chamado crédito comercial de curto e médio prazo. Seu futuro Presidente, o empresário Osmundo Faria, chega mesmo a afirmar que deseja transformar o BANDERN num banco comercial. Banco que dê lucro real, para poder entrar efetivamente no mercado de capitais, onde espera colocar suas ações. Ações que serão um bom investimento para os seus compradores.

A RIONORTE seria o suporte do BANDERN para as operações a médio prazo, principalmente na parte de crédito direto ao consumidor, para financiamento na compra dos chamados bens duráveis.

Como Banco de Desenvolvimento, o BANCOFERN, dentro dessa esquematização ficaria com todos os financiamentos a longo prazo, encampando o Departamento de Crédito Industrial do BANDERN, e, conseqüentemente, toda a sua linha

de repasse, com uma possibilidade de barateamento dos juros, e, provavelmente, a Carteira de Crédito Agrícola.

GOVÊRNO E EMPRESÁRIOS DE MÃOS DADAS

Embora tudo isto possa ainda ser visto apenas como plano, êste já está muito perto de começar a ser executado. Em outras palavras: está muito perto para que o Govêrno e a Iniciativa Privada, no Rio Grande do Norte, comecem a andar de mãos dadas.

Analisando-se os cinco objetivos principais do Plano de Ação, no setor Econômico, chega-se, de início, à conclusão da necessidade de maior entrosamento entre o Govêrno e o Empresariado. Vejamos:

A "diversificação do sistema produtivo" significa a criação de novas atividades econômicas, o surgimento de novos negócios, o aparecimento de novas fontes de renda. Quais seriam? Ainda não existem definições concretas, mas, estas poderiam ser: a criação de indústrias que produzirão bens intermediários para depois serem aproveitados por indústrias já implantadas no Nordeste, ou mesmo no Sul do País. A Indústria Química, aproveitando as águas mães das salinas, poderia ser uma das definições.

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

"Revitalização de atividades econômicas existentes" é criação de novas condições para algumas atividades econômicas como por exemplo — no campo da agropecuária — uma política de incentivos a cultura do algodão **seridó** (vamos supor, dando condições para que os agricultores possam usar adubos), aumentando os seus índices de produtividade, o que é indispensável para que a atividade econômica seja lucrativa realmente. Outro exemplo seria a criação de um mercado interno para aproveitamento do sisal, que desta maneira poderia ser ativado economicamente. Poderia ser, também, o aumento da rentabilidade da indústria salineira pela conquista de novos mercados, o que será conseguido com a criação de um bom sistema de transportes, on-

de o pôrto-ilha de Areia Branca já é um passo decisivo.

Basicamente, êstes dois objetivos podem ser vistos quase que como uma síntese global do setor, uma vez que sua execução já facilitaria em muito a que se atingisse os outros três:

"Ampliação da oferta de emprego", que já é uma decorrência de uma economia vitalizada, resultante, no nosso caso, do cumprimento das metas iniciais;

"Elevação do nível de Renda", que seria consequente da criação de novos negócios e "aumento da produtividade" dos já existentes;

"Aumento da produtividade", por sua vez é condição básica para que qualquer outro objetivo seja atingido.

Êsse simples raciocínio, feito quase que intuitivamente, serve para mostrar a tendência de integração de todos os programas. Integração que poderá ser feita independentemente de órgãos, utilizando o método de administrar por metas, o que determinará por sua vez a adoção do orçamento programa, já no segundo ano de administração, fruto de uma reforma administrativa que começa — já agora a ser estudada para implantação imediata.

A VARIANT GARANTE O MAIS IMPORTANTE EM SUAS VIAGENS: IR E VOLTAR.



V. precisa de um carro para sua família também. As crianças têm mil planos. Das coisas que vão levar, das coisas que vão fazer. V. precisa de um carro que transporte bagagens, brinquedos e crianças. Nós sugerimos a Variant. Que tem 2 amplos porta-malas e espaço para 5 pessoas. V. quer um carro que não dê problemas, enfrente qualquer caminho.

V. vai descansar, não é? Nós pensamos na Variant. Que tem mecânica VW, motor 1600 de 65 HP (SAE), freios a disco, é segura e não desmancha prazeres. V. sabe que é importante ir, divertir-se e poder voltar. Nós temos a Variant. Que vai e volta. Sempre. Venha buscá-la. E bom passeio!

" A SERTANEJA "

Distribuidora de Automóveis Ltda.

Rua Capitão-Mor Galvão, 380 - Fone 237 - Caixa Postal, 22
Currais Novos — RN.



REVENDEDOR
AUTORIZADO

AGENDA

DO

EMPRE-

SÁRIO

ACIONISTAS DO BANDERN

— Para apreciar o relatório da Diretoria, Parecer do Conselho Fiscal; escolher os membros do Conselho Fiscal e a remuneração mensal da Diretoria, o Banco do Rio Grande do Norte está convocando seus acionistas para uma Assembléia Geral Ordinária, às 10 horas do dia 2 de março, na sede do Banco.

EXPORTAÇÃO MARÍTIMA —

No início de março, os navios Marivia, Peter Schroder e Buarque movimentarão o Porto de Natal. O Marivia traz maquinaria para instalação da fábrica de cimento Itapetinga, em Mossoró, procedente da Europa (Loi-de Brasileiro); o Peter Schroder, vem receber sisal para a Europa e o Buarque receberá sisal para portos do Mediterrâneo (Agência Marítima).

MOVIMENTO DE BOLSA —

Está aumentando o interesse do público, para saber cotação e orientação para investir. Em fevereiro, as ações mais procuradas foram Banco do Nordeste do Brasil, Confecções Guararapes, e já entrando no mercado, com bastante aceitação as ações do Fundo Real de Investimento e do Banco da Lavoura de Minas Gerais.

LIBERAÇÕES DO 34/18 —

As liberações dos incentivos fiscais dos 34/18 da SUDENE, segundo informa o Escritório de Natal, atingiram a Cr\$ 2.743.318,00, beneficiando 17 em-

presas: Dubom S/S — 805.926,00; Sitex S/A — 25.624,00; Monte Líbano Hotéis S/A — 179.015,00; Fiação e Tecelagem Borborema — 461.657,00; J. Motta S/A — 54.215,00; Cajueiro Agropecuária — 39.224,00; Potengi Agropecuária — 79.888,00; COIRG — Companhia Industrial Norte-Riograndense — 43.624,00; T. Barreto S/A — 352.500,00; INPASA — Indústria de Papeis S/A — 74.697,00; Fazenda Arvoredo — 20.244,00; Baixa Verde Agropecuária — 178.833,00; Arizona Agropastoril — 83.030,00; Agropecuária Diamante — 25.099,00; Potengi Agropecuária — 78.845,00; Companhia Pecuária e Agrícola do Nordeste — 93.150,00; Granja Lawar — 147.758,00.

ASSISTENCIA INDUSTRIAL

— Banco do Rio Grande do Norte já recebeu da SUDENE, um cheque no valor de Cr\$ 67.272,00, correspondente a primeira parcela do total de Cr\$ 151.892,00 do convênio firmado para execução pelo BANDERN, de um programa de Assistência à Pequena e Média Empresa, abrangendo trabalhos de assistência técnica às empresas, inclusive preparação de documentos para efeito de financiamento do repasse BNB/SUDENE.

EMPRÉSTIMOS RURAIS —

Já foi assinado convênio entre o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, sobre disciplinamento dos empréstimos rurais concedidos pelas duas instituições, visando a evitar paralelismo na concessão de créditos; esses estabelecimentos deverão manter permanente intercâmbio de informações a respeito do deferimento de novos financiamentos. Esta medida possibilitará a coordenação mais eficiente da distribuição do crédito rural, dando condições, ao mesmo tempo, às agências, tanto do BNB como do BB, de levarem sua assistência financeira a um maior número de agricultores nordestinos.

ELEIÇÃO DE SINDICATOS —

Os dois maiores sindicatos dos sete filiados à Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, o Sindicato da Extração do Sal e o da Construção Civil, estão convocando às empresas associadas para as eleições de diretoria, conforme editais publicados no D. O. do Estado.

DIARIO OFICIAL EM SÍNTESE

No Diário Oficial de 2 de fevereiro foram publicados o balanço de Frigonorte — Frigorífico Industrial Norte-Riograndense S/A; convocação dos acionistas do Frigonorte, para assembléia geral no dia 2 de março; e convocação de assembléia Geral de Medeiros S/A Confecções, no dia 2 de março.

No dia 3 de fevereiro — balanço do Banco S. Gurgel; dia 4 — balanço da Cooperativa de Crédito Norte-Riograndense Ltda e ata da assembléia de J. Motta Indústria e Comércio. No dia 5 os balanços de MARISA — Maracujá Agro-Pecuária S/A, Gerna S/A Agropecuária e Indústria e MARPAS S/A Comércio e Representações. No dia 6 — balanço da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural — ANCAR/RN.

Na edição do D. O. de 9 de fevereiro, foi publicado o balanço da Distribuidora de Automóveis Seridó S/A e ata da assembléia de Mossoró Agro-Industrial S/A (MAISA); dia 10 — ata da assembléia da Indústria SITEX S/A.

Os balanços da RIONORTE — Companhia Norteriograndense de Crédito Financiamento e Investimento, da Bodominas Metalurgia e Indústria S/A e do Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte — BANCOFERN, foram publicadas no D. O. do dia 11, bem como as atas de assembléia da Itapetinga Agro-Industrial S/A e da Bodominas Metalurgia e Indústria S/A.

Dia 12 — convocação dos acionistas da Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte — TELERN; para apreciação do balanço, parecer do Conselho Fiscal e eleição do Conselho Fiscal, para o dia 12 de março, D. O. do dia 16 foi publicado o orçamento para exercício de 1971 do Governo do Estado e ata da assembléia da Mercantil S/A — Crédito, Financiamento e Investimento. Na edição do dia 19 foram publicados os balanços de Alonso Bezerra Indústria e Comércio S/A, Confecções Guararapes, Companhia de Serviços Elétricos — CO-SERN, Banco Comércio e Indústria do Rio Grande do Norte S/A e de T. Barrêto Indústria e Comércio.

A falta de incentivos pode significar o fim da cotonicultura no RN

Em 1969, o Rio Grande do Norte exportou um total de 2.972.514 quilos de algodão fibra longa, que renderam 1.571.145,31 dólares. O ano passado, segundo informação da CACEX, a exportação do produto ficou na estaca zero e a explicação para o problema é dada pelos próprios dirigentes da Carteira especializada do Banco do Brasil: com a seca, a produção do algodão sofreu grande redução, encontrando um preço vantajoso no mercado Nacional, bem superior ao preço oferecido para a comercialização com o exterior. Toda a produção passada serviu apenas, portanto, para atender às necessidades do País.

FALTA INCENTIVOS

A não ser financiamentos, os produtores do algodão não recebem qualquer tipo de incentivos por parte das fontes oficiais. Afora o Governo de São Paulo, nenhum outro, no Brasil, oferece estímulos para os produtos primários, como isenção de ICM, redução de imposto, etc. Sem muita alternativa, cerca de dez firmas exportadoras no Rio Grande do Norte desapareceram, enquanto que outras, ainda enfrentando algumas dificuldades, tendem a paralisar suas atividades. Atualmente ainda operam no mercado de exportação as firmas Medeiros e Cia. S/A, Theodorico Bezerra S/A Indústria e Comércio, Ferreira de Melo, Nóbrega e Dantas S/A e Algodoeira Seridó Comércio e Indústria S/A.

A desobstrução do pórto de Natal, com a retirada da pedra e dragagem do banco das Velhas que há mais de um século entrava o desenvolvimento marítimo em Natal, poderá significar uma nova saída para a exportação do algodão. Há quem acredite, entretanto, que o grande problema não reside na entrada ou não de navios de grande calado

no pórto, mas na falta de cargas que atendam às exigências de fretes mínimos. A exportação do algodão poderia até mesmo ser feita através dos navios que normalmente operam em Natal, se houvessem cargas compensadoras. Sem isso, como foi feito o ano passado nas remessas enviadas para o Sul, o embarque das cargas foram efetuados através dos portos de Cabedelo, Fortaleza e Recife.

PERSPECTIVAS

Sobre as possibilidades da safra para este ano, as firmas que comercializam com o algodão ainda estão em expectativa. O sr. Francisco Seráfico, da Nóbrega e Dantas, entretanto, coloca a situação da seguinte maneira:

"Se houver pequena safra, a comercialização será fácil. Mas se for de média a grande se tornará difícil porque aos preços atuais não é possível a exportação do produto para o exterior, porque o nosso preço interno está muito acima da paridade internacional". Nessa situação, vislumbra apenas duas soluções: ou uma baixa acentuada no preço do produtor ao maquinista, ou, o que considera justo, um subsídio dado pelo Governo Federal para as cotas concedidas para a exportação. "Essa", acrescenta, "a única solução que pode sustentar o preço do algodão de fibra longa ao nível alcançado na presente safra, ou seja, 1 cruzeiro e 60 centavos por quilo em caroço, afora o ICM".

CONCORRÊNCIA

Como em todas as atividades, também no comércio do algodão existe a concorrência entre as diversas firmas revendedoras. Neste caso, entretanto, as firmas Nacionais têm que enfrentar o poderio de outras estrangeiras, tornando-se menores suas possibilidades de sucesso. Essas fir-

mas estrangeiras, explica o diretor da Nóbrega e Dantas S/A, "dispõe de grandes capitais e facilidades de crédito podendo atrair os produtores para uma liquidação de seus negócios, o que não ocorre como as firmas Nacionais que se ressentem de capital de giro e também a pequena margem de lucro que oferece hoje a compra e venda do algodão".

Sobre o processamento de comercialização desse produto no Nordeste, afirma que ele se faz de maneira muito difícil para o maquinista "pois ele tem de adquirir todo o produto à vista e uma parte ainda com o pagamento antecipado". Tem que arcar com todas as despesas do beneficiamento e recolhimento do ICM, só podendo vender o produto aos industriais do Sul a um prazo que varia entre 120 a 150 dias de embarque. "O industrial do Sul", afirma o sr. Francisco Seráfico, "não tem nenhuma compreensão da situação difícil do maquinista do Nordeste e, via de regra, ainda cobra diferença de preço, diferença de tipo e diferença de fibra.

Nesses casos, segundo explica, o lucro do maquinista desaparece totalmente. Se reage, sua mercadoria em posta de conta, as duplicatas não são acolhidas e cabe ao maquinista a responsabilidade de retirá-las dos armazéns dos compradores para os armazéns gerais, com a obrigação de cobertura das duplicatas.

Para o sr. Francisco Seráfico, essas são as causas de uma perspectiva não muito animadora para os maquinistas do Nordeste, "o que comprova com o fechamento de diversas indústrias de beneficiamento de algodão (cerca de dez) que nos últimos anos, não só no Rio Grande do Norte, como na Paraíba e Ceará, foram forçadas a encerrar suas atividades pelas dificuldades que lhes são impostas".

Tudo pronto para o Censo Economico

Natal possui cerca de 5.400 unidades (prédios) para serem investigadas pelo Censo Econômico, Industrial e de Serviços Prestados, que o IBGE vai realizar brevemente. Ou melhor: esses 5.400 prédios já estão anotados, de acordo com levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, há algum tempo. Agora, obviamente, há muito mais prédios. E é isto o que o novo Censo quer saber e vai comprovar.

O Censo Econômico (Comércio, Indústria e de Serviços Prestados) só vai ser feito no mês de junho, porque antes dele haverá o Censo Agropecuário, a começar agora em marco. Ambos a brangerão todo o Estado e o segundo é mais complicado e por isto mesmo vai ter que contar com maior número de censários — embora esse número seja menor do que o que foi usado para o Censo Demográfico. O sr. Cid Craveiro, delegado regional do IBGE, diz que para o Censo Econômico o Estado foi dividido em pequenas zonas, reunindo cada uma, 2, 3 ou até 4 municípios, o que dá para empregar cerca de 77 supervisores censários. Esses, serão escolhidos entre os melhores que atuaram no Censo Demográfico. “Porque tem muita gente que não dá mesmo para o serviço. E como vamos precisar de menos, agora, é mais fácil escolher entre os que renderam dentro das necessidades do primeiro trabalho — acentua o sr. Cid Craveiro.

ESQUEMA PRONTO

A rigor, o IBGE não pode assegurar quando vai começar mesmo, nem o Censo Agropecuário. Ainda não chegaram de Brasília o material a ser utilizado na coleta de dados nem a determinação para atacar o serviço. Mas, enquanto aguarda isso, a delegacia local já preparou o esquema preliminar de atuação. Está coligida a base geográfica, está feita a divisão de setores, já foi preparado o mapeamento ou croquis a ser utilizado pelo recen-

seador e a delegacia já possui cadastro agropecuário e cadastro econômico de propriedades rurais ou casas comerciais, industriais e de serviços liberais.

Esse é o chamado “esquema preliminar”, que constitui também um trabalho exaustivo, principalmente no tocante ao croquis das sedes municipais, zonas suburbanas e zonas rurais. Que atuam como uma espécie de visão global para os censos, dentro das quais estão marcados prédios e unidades agrícolas já existentes e junto às quais outras deverão ter surgido, logicamente, com o passar dos anos.

DAS IMPORTANCIAS

O Censo Econômico (Comércio, Indústria e Serviços Prestados) é mais importante para o IBGE que o Agropecuário. Porque o volume de informações que serão colhidas através dele é bem maior, indo desde dados sobre ramo de atividade a capital aplicado, de maquinária utilizada à produção, da despesa com manutenção ao número de pessoal empregado, com percentuais, estimativas, etc.

No caso do Censo Agrícola, um exemplo: o IBGE já sabe quantas fazendas, granjas, sítios, fazendolas, existem em Natal desde alguns anos atrás. Resta agora saber se outros proprietários foram incorporados aos anteriores, se houve divisões das unidades já existentes, se houve mudança de proprietários. É um trabalho mais fácil. Em Natal (incluindo Redinha e Igapó) de acordo com os dados anteriores, existem 150 unidades agropecuárias. Se esse número aumentou foi muito pouco. Por isto serão utilizados apenas quatro ou cinco censores no trabalho na zona rural de nossa capital. No interior ocorrerá a mesma coisa. logicamente observando-se a proporcionalidade das áreas a serem consultadas, o número de unidades já existentes — o que aumentará o número de censores a serem convocados para o trabalho.

ECONOMIA

Disse o sr. Cid Craveiro que com a modificação da divisão do Estado, para o Censo Econômico (utilização de apenas 77 sensores que atuarão nos municípios grupados) o IBGE conseguiu uma economia da ordem de 23 milhões de cruzeiros antigos. A idéia inicial era usar o mesmo número de pessoas utilizadas no Censo Demográfico. Mas um racionamento do plano possibilitou se chegar à conclusão do menor número sem detrimento do serviço mais perfeito.

“Agora é só esperar as determinações de Brasília” — diz o delegado do IBGE. “Já estamos prontos. Estamos num ponto que é só chegar a papelada e a ordem — e já começamos no outro dia. O pessoal está recrutado, aguardando a ordem. São moças e rapazes que sabem realmente trabalhar nesse ofício difícil, que é o de recensear. Muita gente acha que é simples, mas foi verificando os resultados de muitas pesquisas do Censo Demográfico que sentimos o quanto tem gente que ainda não entende essa coisa mínima que é perguntar e anotar”.

**venda a quem
podê comprar...**

Em sua programação publicitária inclui:

Rn-econômico

Revista Mensal para homens de negócios.

Rn-econômico

vai para as mãos de quem pode

comprar o que
Você anuncia.



Ney Lopes de Souza
Advogado

Direito
Fiscal

INCENTIVOS FISCAIS NO RGN (I)

A Lei 3.922, recentemente sancionada, representa sensível avanço na concessão de incentivos fiscais às indústrias que venham a se instalar ou estejam instaladas no Rio Grande do Norte. A criação do BANCO-FERN impôs reformulação na política de incentivos, de forma a propiciar maior agressividade na implantação de indústrias no Estado.

O diploma legal prevê três tipos básicos de incentivos: (a) compensação financeira; (b) dedução para investimentos ou reinvestimento e (c) utilização do crédito fiscal.

A compensação, em direito fiscal, significa contrabalançar um crédito com outro crédito (encontro de contas), vencido ou vincendo. O Código Tributário Nacional (art. 170) autoriza esse procedimento, desde que previsto em lei. No caso específico do Rio Grande do Norte, a compensação será feita em favor da empresa industrial que se encontrava, em 31 de dezembro de 1966, no gozo de isenção fiscal estadual, prevista na legislação da época. O quantum corresponderá a importância equivalente ao benefício fiscal então assegurado a empresa.

Prescreve, ainda, a lei 3.922 que o prazo de duração do incentivo da compensação financeira não ultrapassará a 31 de dezembro de 1972.

O legislador estadual, tendo em vista a possibilidade da mesma empresa dar saída a produtos que gozavam da isenção e a outros não enquadrados, estabeleceu que a compensação somente atinge os produtos especifica-

mente mencionados nos decretos que concederam o favor fiscal. Para as indústrias de confecção, fixou-se o princípio de que gozarão do incentivo apenas na saída de mercadorias para fora do Estado.

Diante da normatividade legal, as empresas beneficiárias da compensação financeira recolherão o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) pela importância líquida apurada, a qual corresponderá o valor do tributo a recolher em cada período fiscal, deduzido de 7% (sete por cento) do valor das saídas registradas, na quinquena a que se referir o ICM a ser pago. Na hipótese de, após a dedução, resultar saldo a favor do contribuinte, não poderá ser o mesmo utilizado como crédito fiscal.

A escrita em separado, para o fim de atender as exigências da lei 3.922, correrá apenas no caso de um mesmo estabelecimento industrial, fabricar produtos que gozam e outros não de isenções concedidas até 31 de dezembro de 1966. A providência permitirá o registro das entradas e saídas relativas a cada uma das categorias de produtos. Se os vários produtos anteriormente isentos e não isentos, provierem de uma mesma matéria prima, o crédito fiscal será assegurado pelas compras e distribuído entre os diversos produtos, mediante percentuais a serem estabelecidos em decreto, tomando-se por base a receita gerada por cada produto e a receita total proveniente de todos os produtos originados da matéria prima.

Oportunamente, comentaremos os demais incentivos fiscais oferecidos pelo Estado, após a reformulação da lei 3.683.

—oOo—

ISENÇÃO DO IMPÓSTO DE RENDA

O decreto-lei 1.145 prorroga até o exercício financeiro de 1971, inclusive, a não incidência do Imposto de Renda sobre os rendimentos das letras imobiliárias e das cédulas hipotecárias. A mesma lei prevê que a partir do exercício de 1972 serão tributados os juros das letras imobiliárias, quando adquiridas voluntariamente, desde que excedam os percentuais calculados sobre o valor do título corrigido mo-

netariamente: ano-base 1972 — 6%; ano-base de 1973 — 5%; ano-base de 1974 — 4%; ano-base de 1975 — 3%; ano-base de 1976 — 2%.

—oOo—

DEDUÇÃO DE DESPESAS DE PROPAGANDA

O parecer normativo C.S.T. n. 358 manda deduzir as despesas de propaganda feitas pelo contribuinte pessoa física profissional liberal, no recolhimento do imposto de renda. A exigência é que a divulgação seja compatível com a profissão.

—oOo—

FRETES E CARRETOS

As empresas que contratem transportadoras e carreteiros particulares para o transporte de mercadorias diversas e mudanças de funcionários ou empregados, estão obrigadas a reter o imposto de renda na fonte, fornecendo o comprovante do valor ao beneficiário. Entretanto, diz o parecer normativo C.S.T. 356, não é devido imposto de renda na fonte, incidente sobre o valor do pagamento ou crédito, quando especificamente corresponder a transportes de pessoas.

—oOo—

NOVOS LIVROS PARA IMPÓSTO ÚNICO

A portaria GB-347-70, de 16.12.70, do Ministro da Fazenda, modifica substancialmente a sistemática do Imposto Único sobre minerais. Institui livros, notas fiscais e outros documentos, mandando seguir as normas do título III, capítulo II, do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados. Cabe à Secretaria da Receita Federal instituir os modelos criados.

—oOo—

JURISPRUDÊNCIA

“Imunidade tributária — Isenção fiscal — Instituição de Educação e de assistência social — Interpretação do art. 20, n. III, letra c, da Constituição Federal (Supremo Tribunal Federal — R.E. 64.039).

CONSULTAS: Quaisquer consultas sobre matéria fiscal e trabalhista poderão ser endereçadas ao escritório especializado à rua João Pessoa, 219-s/ 207 (Edifício Sisal).

Serviço Social tem saldo positivo em 4 empresas

No *SESI*, uma equipe de assistentes sociais está preocupada com um problema: o *Serviço Social de Empresa*. Os primeiros resultados conseguidos através do trabalho que a equipe está executando levaram as assistentes a se desdobrar para atender a novas solicitações. As empresas descobriram que a fase do assistencialismo puro e simples havia dado lugar ao trabalho sistemático, obedecendo a uma orientação técnica que, afinal, contribui para um aumento de produtividade do trabalhador.

O que é o Serviço Social de Empresa?

A equipe de empresa do *SESI* define: "O Serviço Social de Empresa é uma especialização do Serviço Social, com base em conhecimentos especializados sobre certos princípios e técnicas cujo objetivo consiste em: criar condições para elevação da produtividade do trabalhador, como um meio de alcançar sua autopromoção e participação no processo de desenvolvimento; promover adequado entrosamento entre o grupo empresarial (empregado e empregador), com vistas à formação de uma frente de trabalho conjunta para o estudo de problemas relacionados com o bem estar social dos trabalhadores e da situação de trabalho".

ATUAÇÃO

Hoje, as empresas já vêem como uma necessidade a presença de um trabalho de Serviço Social. As quatro assistentes sociais do *SESI*, que trabalham neste setor, desenvolvem suas atividades em quatro grandes empresas do Estado embora este ano, com as solicitações que continuam recebendo, esteja previsto um aumento desse número. Atualmente, recebem este benefício *J. Motta Indústria e Comércio S/A, Refinaria*

de Óleo SANDI, Indústrias Plásticas LTDA., e Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte.

A importância que hoje é dada pela iniciativa privada ao Serviço Social decorre, segundo a equipe do *SESI*, por tratar-se de um mecanismo básico que visa um processo de desenvolvimento da indústria, contribuindo para a expansão e consolidação das relações humanas no trabalho, ocasionando uma revitalização econômica e social. Além disso, serve para melhorar as condições de trabalho, conseguir o aperfeiçoamento humano, ajustamento à função e bom padrão de vida. "Hoje tem tanto valor quanto à aquisição de equipamentos modernos e a adoção de técnicas avançadas. Isto porque a eficiência da empresa depende, em grande escala, da máxima eficiência da mão-de-obra".

COMO É FEITO

Junto às indústrias, o trabalho se desenvolve através de três áreas consideradas prioritárias: *Política de Pessoal, Educação e Segurança e Higiene de Trabalho.*

No que se relaciona à Política de Pessoal o trabalho de Serviço Social é feito através de um processo contínuo de ações sistemáticas, no estímulo de um relacionamento rentável tendo em vista a produtividade, efetuando-se através de correção de desníveis de pessoal; estudo e solução dos problemas humanos-sociais, oriundos da situação de trabalho; e orientação ao sistema de recrutamento e seleção de pessoal. Ainda nesse aspecto é feito um assessoramento junto à Direção na prevenção e solução de problemas humanos repercutidos no trabalho; orientação às médias chefias para o desempenho das relações verticais e horizontais;

a integração com o Serviço de Pessoal.

Na área educacional os programas são desenvolvidos com vistas a uma integração na dinâmica social da empresa e a auto promoção do trabalhador.

"Na programação racional dessa ação está implícito o estabelecimento de prioridades para o alcance de uma eficácia no esquema das condições humanas individual ou coletivamente consideradas". A atuação nessa área consiste em uma Educação Financeira através de assessoria à cooperativas; formalização de crédito rotativo interno; orientação à família operária nos problemas sociais; escolarização e alfabetização tendo em vista fornecer conhecimento para o domínio da leitura e da escrita, bem como a mentalização do Homem para seu engajamento numa sociedade em mudança; e orientação assistemática a sindicato para o desenvolvimento do programa *Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)*."

Na estrutura do trabalho não é também esquecido o aspecto de lazer onde são desenvolvidos clubes de leitura e recreação, através de revistas, discos e jogos de salão, preenchendo o horário de repouso dos operários dentro da própria indústria.

Junto à área de Segurança e Higiene do Trabalho, é feito um trabalho com orientação e dinamização de Companhas Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) para a adoção de medidas relacionadas com essa área. Aí, as assistentes sociais *Jacy Teixeira de Carvalho, Cleci Alves de Melo, Zélia Maria Fernandes de Melo e Maria Josetina do Rêgo* — pesquisam as causas sociais do acidente no trabalho e formulam sugestões como membros natos das CIPAs.

Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

ANCAR - R N

BALANÇO GERAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

A T I V O

3.100—DISPONÍVEL			
3.111—Caixa			
3.112—Bancos		138.689,29	138.689,29
3.200—REALIZÁVEL			
3.212—Contribuições a Receber		348.629,43	
3.213—Assistência Técnica a Receber		46.258,88	
3.214—Devedores Diversos		118.011,82	
3.215—Empréstimos Compulsórios		1.397,84	
3.217—Cauções e Depósitos		16.253,70	530.551,67
3.300—INVERSÕES			
3.310—Equipamentos e Instalações			
3.311—Máquinas, Motores e Aparelhos	109.021,40		
3.312—Equipamentos Agrícolas	1.184,68		
3.313—Veículos	257.116,07		
3.315—Veículos sob Financiamento	125.339,56		
3.319—Outros Equip. e Instalações	7.880,40	500.542,11	
3.320—Material Permanente			
3.321—Material Bibliog. e Fílmotecas	3.182,72		
3.322—Ferramentas e Utens. de Ofc.	677,77		
3.323—Mobiliário e Utens. em Geral	27.285,29		
3.329—Outros Materiais Permanentes	30,80	31.176,58	
3.330—Imóveis		11.196,63	
3.340—Títulos, Direitos e Ações		67,38	542.982,70
3.400—VALORES EM TRANSIÇÃO			
3.411—Material de Consumo a Utilizar			23.512,16
S O M A			1.235.735,82
5 — COMPENSAÇÃO			
5.100—Materiais de Terceiros		81.407,81	
5.300—Contratos de Financiamento		125.339,56	206.747,37
T O T A L			1.442.483,19

P A S S I V O

4.100—NÃO EXIGÍVEL			
4.111—Patrimônio		542.982,70	
4.119—Saldo de Exercício		34.113,19	577.095,89
4.200—EXIGÍVEL			
4.211—Contas a Pagar		21.189,25	
4.212—Obrigações a Pagar		200.559,88	
4.213—Retenções		25.769,04	
4.214—Fundos de Terceiros		110.000,00	
3.214—Credores Diversos		229.721,42	587.239,59
4.300—TRANSITORIEDADES			
4.311—Amortização de Veículos Financiados			71.406,34
S O M A			1.235.735,82
6 — COMPENSAÇÃO			
6.100—Responsab. p/Materiais d/Terceiros		81.407,81	
6.300—Financiamentos Contratados		125.339,56	206.747,37
T O T A I S			1.442.483,19

(Ana Bezerra Costa)
Téc. Cont. CRC — RN n. 869
Chefe do Setor Contabilidade

(Clóvis Araújo de Oliveira)
Téc. Administ. CRTA — 165 —
4.ª Região - Chefe do Dep. Adm.

(Fernando Ferreira Barros)
Eng. Agrº CREA — 2925/D 2.ª
Reg. — Secretário Executivo —

Mineração Tomaz Salustino S. A.

C. G. C. M. F. 08131773

Empresa de Mineração (Artigo 79, do Decreto Lei n. 227, de 28 de fevereiro de 1967)

Localização e Sede:

Rua Des. Tomaz Salustino, 32
Currais Novos — RN.

Mina Brejuí
End. Teleg. "TUNGSTÊNIO"

Escritório Comercial:

Rua Vigário Bartolomeu, 635
Ed. 21 de Março, s/510 e 511
NATAL — RN.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A diretoria da Mineração Tomaz Salustino S. A., dando cumprimento a um dever estatutário e legal, apresenta aos senhores acionistas o relatório de estilo, acompanhado do Balanço e Parecer do Conselho Fiscal referente ao ano findo de 1970 (artigo 98, do Decreto-Lei n. 2.627, de 26 de Outubro de 1940).

PRODUÇÃO

No ano de 1969, graças a novos métodos de trabalho, alcançamos uma produção de 511 toneladas métricas, a maior dos últimos quinze anos. Mas a administração não se deu por satisfeita com a excelente performance. Revisou, novamente, o esquema, introduziu novas técnicas, e o resultado não se fez esperar. A PRODUÇÃO DA MINA BREJUI, EM 1970, FOI DE 559.271 QUILOS DE SCHEELITA. Desta vez, batemos todos os records. Com exceção do ano de 1945, em que a produção, resultante da garimpagem de quase dois mil trabalhadores em uma mina recentemente descoberta atingiu a níveis naturalmente excepcionais. O ANO DE 1970 REGISTROU A MAIOR PRODUÇÃO DA MINA BREJUI NOS ÚLTIMOS 27 ANOS. Os números falam por si mesmos. Escusado acrescentar comentários ao óbvio.

COMPRA DE MINÉRIO

A Mineração Tomaz Salustino S. A., tem, de longa data, o objetivo estatutário de comprar minério, notadamente scheelita. Sucedia, porém, que jamais se cumpriu este objetivo, apesar da sua relevante importância. Em 1970, a direção da empresa resolveu suprir a indesculpável lacuna. E sem dúvida entrou com o pé direito no comércio de aquisição de scheelita a mineradores da região. EM POUCOS MESES, TORNAMO-NOS OS MAIORES COMPRADORES DE SCHEELITA DO NORDESTE. No último semestre de 1970, quando, iniciamos, verdadeiramente, o comércio local do citado minério, adquirimos de terceiros Cr\$ 4.989.033,10. As nossas compras são da ordem de 54.000 quilos de scheelita por mês. Vale registrar que a nova atividade extrapola do interesse privado da nossa empresa para se tornar um benefício de ordem coletiva. Investimos, por mês, no Rio Grande do Norte, em compra de minério, mais de HUM MILHAO DE CRUZEIROS, importância que, em uma região descapitalizada e com uma economia altamente deficitária, assume, sem dúvida, feição de ajuda ponderável em favor da pobre e aflita população sertaneja. E não será demasia acrescentar que estamos dando assistência técnica e em máquinas a centenas de pessoas, ajuda que concorre grandemente para aumento de produção de scheelita do Estado e reduziu, consideravelmente, o impacto catastrófico da seca.

EXPORTAÇÕES

Por mercê de Deus e porfiado esforço da direção da empresa, alcançamos êxitos consideráveis em todos os campos de atividade da Companhia. Mas foi sem dúvida no plano das exportações que o nosso sucesso se fez mais notável. Se exportar é a solução, se o progresso do país depende decisivamente da nossa receita cambial, como proclama o Governo da República, então — que se nos permita a franqueza necessária — nós, mineradores sertanejos, estamos concorrendo com a nossa parcela para a realização da principal meta da ação governamental. EM 1970, EXPORTAMOS EXATAMENTE US\$ 3.734.194.03 DE SCHEELITA PARA A EUROPA. Mais do dobro das nossas exportações em 1969. Para que se tenha uma idéia da curva ascendente das nossas exportações nos últimos sete anos, damos, abaixo, o valores em dólares das vendas feitas.

1965 — US\$	296.703.37
1966 — US\$	420.883.90
1967 — US\$	840.283.29
1968 — US\$	1.153.236.75
1969 — US\$	1.756.344.18
1970 — US\$	3.734.194.03

Em dados comparativos, AS NOSSAS EXPORTAÇÕES EXCEDEM EM VALOR A TODAS AS EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO E SISAL EFETUADAS PELO RIO GRANDE DO NORTE NO ANO FINDO. Há de se pensar que os registros de fatos tão significativos expressam um válido extravasamento de quem quer realçar o êxito do seu trabalho. Não é este, com toda a certeza, o objetivo da administração. O que se pretende registrar é a importância da mineração de tungstênio no Estado, pois se uma empresa de capital e gente do Seridó, sem ajuda ou financiamento de quem quer que seja alcança tão destacados resultados, o que não se obterá a prol da terra e do povo do Rio Grande do Norte, se for adotada uma política agressiva no plano da pesquisa e da industrialização do minério, em região onde se registram mais de 300 ocorrências de scheelita?

MAQUINARIO

Como sabem os senhores acionistas através das informações mensais que, em relatório, prestamos, a direção da empresa se empenha em renovar o seu maquinário, a fim de alcançar melhores índices de produtividade. NO ANO FINDO, ADQUIRIMOS Cr\$ 1.125.576,23 DE NOVAS MÁQUINAS, e em nosso almoxarifado se acham depositadas peças de reposição e material indispensável ao desempenho industrial da empresa no valor de mais de Cr\$ 1.000.000,00.

NOVAS AREAS

Até dois anos passados, a nossa atividade industrial se limitava à Mina Brejuí. Era evidente a inconveniência e o risco de nos circunscrever a uma área que, apesar de excepcionalmente rica, tende, em futuro remoto, a esgotar-se, além da circunstância de limitar grandemente a capacidade de expansão industrial-comercial da empresa. Para obviar tão nocivos inconvenientes, a direção iniciou o arrendamento de novas áreas, entre as quais se destacam OITICICA, LOUROS, além de RECANTO, onde iniciamos os trabalhos necessários à definição das jazidas, suas avaliações e determinação da exequibilidade do seu aproveitamento econômico, com estudos de afloramento, levantamento geofísicos, aberturas de escavações, amostragens, ensaios de beneficiamento de minérios etc., sob a orientação e supervisão de nossa equipe de engenheiros. Os trabalhos, que prosseguem em ritmo satisfatório, prometem resultados francamente promissores. Outras áreas estão em estudos e uma jazida de grande importância se encontra, em razão de contrato de locação de serviço cumulado com o de compra e venda, fornecendo à nossa empresa, com exclusividade, a sua produção, relativamente alta. Enfim, neste plano a nossa situação é das melhores, o que registramos com indistinta satisfação.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Há um aspecto da empresa que merece especial destaque: a reformulação da sua organização administrativa. Implantamos, com a ajuda de uma firma especializada do sul do país, uma nova ordem em nossas múltiplas atividades industriais-comerciais. Não ignorem os senhores acionistas que a ausência de um corpo de regras, métodos, processos e esquemas de organização administrativa impunha à direção da Companhia os riscos inevitáveis da improvisação, além de refletir-se na queda de rendimento e da produtividade. Com a implantação de novos serviços, erradicação de práticas obsoletas, divisão racional do trabalho, enfim, ordem e sistemática na atividade administrativa, inclusive contábil, alcançamos um índice francamente satisfatório de eficiência, que muito nos desvanece. Em consequência desse salutar estado de coisas, tornou-se possível informar, todos os meses, em relatórios detalhados, aos senhores acionistas, o processamento das contas, e, sobretudo, o que fazemos, o que pretendemos fazer e por quanto fazemos. Tudo claro e provado, pois se o "segredo é a alma do negócio", a informação comprovada aos acionistas traduz a certeza da probidade e eficiência funcional da administração.

RECURSOS TÉCNICOS

Com os êxitos que vimos acumulando nos últimos anos, deliberamos manter reservas em valores mobiliários de porte relativamente elevados, pois a penosa lição do passado deixou a convicção de que, com a instabilidade dos preços do mercado internacional, o respaldo de boas reservas é condição imprescindível à sobrevivência de qualquer empresa extrativa de minérios. Em consequência dessa política, aprez-nos informar que dispomos em ações, fundos de investimentos, letras imobiliárias e de câmbio da quantia de Cr\$ 3.801.149,90 (TRÊS MILHÕES OITOCENTOS E HUM MIL, CENTO E QUARENTA E NOVE CRUZEIROS E NOVENTA CENTAVOS), não computados na cifra as valorizações experimentadas pelas ações e fundos de investimentos no segundo trimestre de 1970.

CONCLUSÃO

A luz dos fatos e dos números, que não permitem sofismas e não admitem contestação, a Mineração Tomaz Salustino S. A., empresa nascida e criada no Seridó, marcou no exercício findo de 1970, em suas atividades industriais, comerciais e administrativas, um êxito verdadeiramente excepcional, que se reflete, vantajosamente, no crédito e liquidez da empresa e nas crescentes vantagens pecuniárias em favor dos acionistas. Há de se dizer que, em face de tão numerosos êxitos, a "sorte", com certeza, foi a razão principal do sucesso. Sem dúvida que Deus ajuda a quem madruga. Mas não seria mau que indagassem como andava a empresa quando a "sorte" trabalhava sozinha.

Ante o exposto, a direção da Companhia expressa aos senhores acionistas a sua satisfação pelos sucessos do presente e suas fundadas esperanças nos êxitos do futuro.

Natal — RN, 15 de Fevereiro de 1971.

A DIRETORIA

A T I V O

DISPONÍVEL			
MOVIMENTAÇÃO CORRENTE			
Caixa		11.866,53	
Depósitos em Bancos		1.555.766,29	
Depósitos vinculados		6.849,19	1.574.482,01
REALIZÁVEL			
A CURTO PRAZO			
DEVEDORES DIVERSOS			
Devedores em contas correntes		77.636,37	
DEVEDORES TRANSITÓRIOS			
Adiant. a operários e empregados	11.086,57		
Adiant. para compras	1.616.299,31		
Adiant. p/desp. viagens	26.340,63		
Adiant. a empreiteiros e contratantes	18.701,60		
Quotas de salário-família	7.528,40	1.679.956,51	
MATERIAL EM ESTOQUE			
Minério beneficiado	1.501.078,44		
Almoxarifado	1.330.782,29	2.831.860,73	
A LONGO PRAZO			
DEVEDORES DIVERSOS			
Adicional do imposto de renda	14.894,42		
Empréstimos á Eletrobras-Lei 4156	74.253,95	89.148,37	
INVESTIMENTOS			
Ações de outras empresas	173.223,00		
Letras imobiliárias	1.835.000,00		
Letras de câmbio	248.877,62		
Fundos de investimentos	1.545.432,08		
Depósitos p/investimentos — 34/18	130.889,49	3.933.422,19	8.612.024,17
IMOBILIZADO			
BENS IMÓVEIS			
Edificações	73.036,48		
Terras e benfeitorias	45.000,00	118.036,48	
INSTALAÇÕES TÉCNICAS			
Divulgadora Brejuí	196,09		
Instalações elétricas	116.639,36		
Tubulações de água	211.293,95		
Tubulações de ar	1.677,92	329.807,32	
BENS MÓVEIS			
Máquinas, motores e aparelhos	1.639.679,84		
Tratores e equipamentos	169.903,07		
Ferramentas	10.260,06		
Veículos	308.788,91		
Mobiliário e utensílios diversos	139.094,36		
Biblioteca	261,00		
Equipamentos técnicos	167.096,87		
Cauções	1.618,69		
Outros bens patrimoniais	12.368,12	2.449.070,92	
CORREÇÃO MONETÁRIA			
Bens imóveis	20.500,77		
Bens móveis	966.340,34	986.841,11	3.883.755,83
			SUB-TOTAL ...
			14.070.262,01
COMPENSADO			
CONTAS DE ORDEM			
TÍTULOS E VALORES RECEBIDOS EM CAUÇÃO			
Caução em títulos		50.000,00	
VALORES DE TERCEIROS			
F.G.T.S. — c/depósitos		344.210,72	394.210,72
			TOTAL DO ATIVO ..
			14.464.472,73

P A S S I V O

EXIGÍVEL			
A CURTO PRAZO			
CREDORES DIVERSOS			
Credores por duplicatas	253.408,36		
Credores em contas correntes	2.063,43		
Adiant. s/Cont. câmbio	431.558,00	687.029,79	
CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER			
Contribuições a recolher		23.378,43	
Impostos a recolher		4.486,17	714.894,39

INEXIGÍVEL**PATRIMÔNIO**

Capital	1.012.910,00	
Fundo de reserva legal	761.608,63	1.774.518,63

FUNDOS ESPECIAIS

Fundo de reserva especial	761.748,63	
Fundo para aquisição de máqs.	1.404.832,01	
Fundo para aumento de capital	5.072.084,94	
Fundo para Amp. parque industrial	1.154.397,25	
Fundo para prospecção e pesquisas	1.649.225,81	
Lucros em suspenso	53.709,92	
Saldo à disposição da assembléia	1.183.080,00	11.279.078,56

RETIFICAÇÕES DO ATIVO

Fundo para depreciações	300.839,32	
Correção monetária — lei 4357/64	931,11	301.770,43

SUB-TOTAL

14.070.262,01

COMPENSADO**CONTAS DE ORDEM**

Títulos e valores caucionados	50.000,00
-------------------------------------	-----------

VALORES DE TERCEIROS

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	344.210,72	394.210,72
---	------------	------------

TOTAL DO PASSIVO

14.464.472,73

Currais Novos, 31 de dezembro de 1970

Mário Moacyr Porto
Diretor PresidenteSilvio Bezerra de Melo
Diretor ExecutivoSilvio Carvalho Salustino
Diretor de Relações Pub.Marcelo Mário Porto
Diretor ComercialReno Moreira Bezerra
Diretor SuperintendentePaulo Pinheiro Galvão
Diretor AdministrativoNalva Stella de Andrade
Tec. Cont. REG. 10004-CRC/RN**Demonstrativo da Conta "Exercício Industrial" em 31.12.70****D É B I T O**

Assistência técnica		43.804,55
DEPARTAMENTO DE EXTRAÇÃO MINERAL		
Prospecção	206.252,54	
Extração a céu aberto	146.063,59	
Extração de mina	1.292.122,67	
Atividades auxiliares	47.578,49	1.692.017,29
Departamento de beneficiamento		5.641.776,98
SERVIÇOS AUXILIARES		
Oficina mecânica	271.247,67	
Oficina de veículos	105.235,39	
Oficina de tratores	197.604,23	
Ar comprimido	267.432,03	
Oficina de carpintaria	113.729,00	
Obras civis	49.499,70	
Geradores	35.179,03	1.039.927,05
Seção de controle de qualidade		62.601,23
Fundo para depreciações		262.533,96
MATERIAL EM ESTOQUE		
MINÉRIO BENEFICIADO		
(Estoque em 31.12.69)		84.000,00
TOTAL		8.826.661,06

C R É D I T O**MATERIAL EM ESTOQUE****MINÉRIO BENEFICIADO**

(Estoque em 31.12.70)	1.501.078,44
Lucros & Perdas	7.325.582,62

8.826.661,06

Currais Novos, 31 de dezembro de 1970

Mário Moacyr Porto
Diretor PresidenteSilvio Bezerra de Melo
Diretor ExecutivoSilvio Carvalho Salustino
Diretor de Relações Pub.Marcelo Mário Porto
Diretor ComercialReno Moreira Bezerra
Diretor SuperintendentePaulo Pinheiro Galvão
Diretor AdministrativoNalva Stella de Andrade
Tec. Cont. REG. 10004-CRC/RN

DEMONSTRATIVO DA CONTA "LUCROS & PERDAS" EM 31.12.70

D É B I T O

Exercício industrial		7.325.582,62
Conselho fiscal		20,00
Conselho administrativo		150.000,00
Presidência		52.444,37
Diretoria comercial		542.791,55
Diretoria de relações públicas		52.980,94
Superintendência		31.000,00
Serviço de compras		28.411,35
Assessoria		24.125,12
Diretoria executiva		12.649,42
Diretoria administrativa		56.491,69
Serviço de estatística		7.011,33
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		
Serviço de pessoal e expediente	559.502,90	
Serviço de contabilidade	46.104,56	
Seção de patrimônio	52.012,16	657.619,62
SERVIÇOS GERAIS		
Serviço de Almoxxarifado	140.012,36	
Serviços de transportes	156.402,07	
Zeladoria	89.746,17	386.160,60
Serviço de assistência social		28.845,93
Fundo para depreciações		13.909,43
SUB-TOTAL		9.370.043,97
Fundo de reserva legal		394.360,00
Fundo de reserva especial		394.360,00
Fundo para aumento de capital		4.337.960,61
Fundo para prospecção e pesquisas		1.577.440,00
Saldo à disposição da assembléia		1.183.080,00
TOTAL		17.257.244,58

C R É D I T O

RECEITAS IMOBILIÁRIA		
Aluguéis		1.089,98
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS		
Juros de títulos		19.433,62
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS		
Venda de material inservível	73,00	
Dividendos e participações	2.074,89	2.147,89
DIVERSAS RECEITAS INDUSTRIAIS		
Venda de minérios à vista — Exterior	16.899.765,63	
Diferença de peso e teor de minérios	314.111,13	17.213.876,76
RECEITA DE BENS E DE PREST. DE SERV.		
Renda de prestação de outros serviços		1.057,29
RECEITAS DIVERSAS		
Indenizações e restituições	14,12	
Descontos recebidos	16.054,00	
Bonificações	3.321,38	
Outras receitas diversas	249,54	19.639,04
		17.257.244,58

Currais Novos, 31 de dezembro de 1970

Mário Moacyr Porto
Diretor Presidente

Silvio Bezerra de Melo
Diretor Executivo

Silvio Carvalho Salustino
Diretor de Relações Pub.

Marcelo Mário Porto
Diretor Comercial

Reno Moreira Bezerra
Diretor Superintendente

Paulo Pinheiro Galvão
Diretor Administrativo

Nalva Stella de Andrade
Tec. Cont. REG. 10004-CRC/RN

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Examinamos, no cumprimento de um dever legal e com a cooperação dos auditores para a divisão de contabilidade da Mineração Tomaz Salustino S. A., todos os documentos, papéis e balanço da aludida empresa referente ao ano findo de 1970, que nos foram apresentados pela diretoria, para os fins previstos no artigo 127, inciso III, do Decreto-Lei n. 2.627, de 1940.

O resultado do minucioso exame procedido, com as informações e esclarecimentos suplementares que nos foram prestados pela Auditoria, é de que o Balanço e a Conta Lucros & Perdas apresentam a fidedigna situação financeira da aludida Companhia e que as operações contábeis se processaram de acôrdo com os mais rigorosos princípios da escrituração financeira das Sociedades Anônimas

Currais Novos, 15 de fevereiro de 1971.

VIVALDO PEREIRA DE ARAUJO SOBRINHO
JOSUÉ PEREIRA DO NASCIMENTO
PEDRO MACEDO SOARES DE ARAUJO

CERTIFICADO DE AUDITORIA

PLAN NORDESTINA LTDA., registrada no CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE PERNAMBUCO, sob o n. 84, aqui representada pelo seu técnico responsável contador Gregório Sebastião do Nascimento, registrado no CRC n. 834 PE., CERTIFICA, para devidos fins que os registros contábeis da MINERAÇÃO TOMAZ SALUSTINO S/A, assim como Balanço Geral de 31 de Dezembro de 1970 e Demonstrações de resultados, acham-se em perfeita ordem com exatidão dentro dos princípios e preceitos da contabilidade e em plena consonância com a documentação original revisada.

Recife — PE, 12 de Fevereiro de 1971.

PLAN NORDESTINA LTDA.
Contabilidade-Assessoria-Planejamento-Auditoria
GREGÓRIO SEBASTIAO DO NASCIMENTO
CRC n. 834 — PE. CPF n. 000742504
CLÓVIS IBERNOM DE MORAIS
CRC n. 851 — PE. — CPF n. 006536324
— Diretor —

Três coisas muito importantes.

- Parecem séculos. Mas apenas três anos separam o Rio Grande do Norte da criação da COFERN — a Companhia de fomento econômico hoje transformada em Banco de Desenvolvimento. E que o nosso Estado acelerou o passo, para encontrar-se definitivamente com o Brasil moderno. 1 — É simplesmente a história do planejamento e do desenvolvimento do Rio Grande do Norte.
- O Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte nasceu para criar. Novas indústrias. Novas riquezas. Novos emprêgos. 2 — O Banco de Desenvolvimento é especializado em operações a médio e longo prazos e é exclusivamente destinado a financiar projetos de desenvolvimento.
- O importante é que nós queremos trabalhar: repasses de fundos e recursos de bancos oficiais e do Governo Federal, antecipação de recursos dos artigos 34/18 da SUDENE, financiamento à elaboração de projetos industriais e agropecuários, aplicação em infraestrutura, assistência técnica para formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado. 3 — Como estamos na era da comunicação, o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte tem uma sigla para realizar êsses objetivos: BANCOFERN.

BANCOFERN

Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A
desenvolvimento é criar perspectivas

Paulo Martins alerta para o perigo da exploração predatória das algas no RN

Ainda na antiguidade, os orientais descobriram a aplicação das algas marinhas na culinária. Esse hábito, por muito tempo, continuou sendo privilégio daqueles povos, embora a sua aplicação na indústria fôsse se generalizando. No Brasil, a descoberta do valor da alga é recente e, embora pouca coisa ainda se tenha feito, já existe uma previsão: "a alga marinha pode vir a ser o prato-do-dia do brasileiro".

Em Natal, o professor Paulo Martins da Silva se fez um estudioso inveterado do vegetal marinho, consumindo uma grande bibliografia sobre potencialidades, aplicações, exploração, etc. Mesmo defendendo a aplicação da alga na culinária (tem inclusive uma publicação recente com o título "Canjica de Cisco de Beide Praia") faz a advertência: "Segundo os levantamentos mais recentes, as algas, apesar de sua potencialidade proteica podem ter uma ação tóxica quando digeridas em excesso devido a dosagem de iôdo e outros sais. É recomendável que a quantidade a ser incorporada na alimentação seja entre 10 e 15 por cento na composição dos outros alimentos.

UTILIDADES

A utilização da alga marinha se iniciou com o aproveitamento do seu despejo na praia, mais comumente conhecido como "sarçaço". Foi aplicado primeiramente, como adubo da terra surgindo, depois, na alimentação animal e posteriormente na alimentação humana. E o seu uso se estendeu com sua industrialização e extração de seus extratos sob forma de gelatinas com as denominações de agar-agar, carragenina e alginatos, aplicados nas indústrias farmacêutica e alimentícia, na fabricação de medicamentos, cosméticos, emulsionantes e pigmentos.

Aumenta também, a cada dia, o interesse científico para descobrir fórmulas para a obtenção de novos produtos que venham influenciar em suas proprieda-

des medicinais, já bastante conhecidas, segundo Paulo Martins da Silva, em mais de 40 drogas. Atualmente, desenvolve-se também pesquisas com o objetivo de avaliar o grau dos seus efeitos anti-cancerígenos. Alguns tipos de algas são empregadas na Inglaterra como analepticos na tísica e contra diarreias em forma de chá, geléia, xarope ou pastilhas. Um tipo especial de alga, a carragem, é usada no fabrico de pão especial para o tratamento de tuberculose, e seu emprêgo na odontologia é feito sob a forma de alginato sódico para preparação de moldes que exigem extrema fidelidade de adesão.

Tem aplicação importante ainda na indústria metalúrgica para aumentar a adesão dos sais de cobre na superfície de alumínio, na industrialização das carnes, na fabricação de salsichas, na industrialização de tintas e colas, fitas adesivas e fitas fotográficas, como estabilizantes de óleos essenciais e emulsão aquosa para preparação de aromas industriais.

NO RIO GRANDE DO NORTE

Cada nova descoberta de aplicação da alga marinha é motivo de maior esperança para o Rio Grande do Norte, o maior dos produtores do Nordeste deste vegetal, segundo pesquisas já feitas. Para Paulo Martins da Silva, a sua industrialização no Estado será um marco em seu processo de desenvolvimento econômico, "desde que tecnicamente trabalhada na parte principal que vai desde a apanha de beira de praia à extração nos campos naturais e a secagem".

Nos campos naturais, diz ainda Paulo Martins, mais do que nos outros pontos, é necessário uma aplicação de técnica mais evoluída de trabalho, a fim de evitar que uma exploração predatória venha remover o substrato de fixação desse vegetal marinho, pois no mar, como na terra, os vegetais são os principais provedores de alimentação

primária e o grande suporte da vida.

LEGISLAÇÃO

Ainda segundo Paulo Martins, a exploração da alga marinha no Brasil, como nos demais países que se dedicam a esse trabalho, está subordinada a uma legislação específica. No Brasil, essa legislação está contida no Decreto Lei n. 221/67, regulamentado pela portaria n. 681/67 e disciplinado pelo artigo 7º da portaria 122/69.

De conformidade com a portaria 681, a concessão para explorar um campo de algas poderá ser atribuída a pessoas físicas ou jurídicas, devendo, porém, cada campo ser considerado individualmente. Em seu parágrafo único diz o artigo que para efeito de concessão o interessado deverá encaminhar pedido à SUDEPE, através do seu representante na localidade, acompanhado de descrição completa do campo e indicação da técnica para explorá-lo.

A concessão para explorar campos de invertebrados aquáticos ou de algas pela SUDEPE será autorizada por seu superintendente, obedecendo-se a critérios e procedimentos estabelecidos pela portaria 681, segundo o artigo 7º. A inobservância das instruções desse artigo acarretará a aplicação de multa de um décimo até metade do salário mínimo vigente na Capital Federal.

Seguindo com rigor essa legislação, é que Paulo Martins de Carvalho, funcionário aposentado do Banco do Brasil e um apaixonado estudioso dos fenômenos marítimos, pretende dar impulso à industrialização da alga no Rio Grande do Norte, através da firma PROMARINO, já cadastrada junto à SUDEPE. E não esconde seu otimismo, achando mesmo que num futuro próximo a alga marinha, na economia doméstica, será um alimento tão comum quanto o pão, o arroz ou o feijão.

“Vamos implantar uma universidade de arte em Natal”

MEIRA PIRES
Exclusivo para RN-Econômico

O Nordeste vive uma fase de grande e intenso desenvolvimento sócio-econômico. Não só os Governos Federal e Estaduais mas também os investidores compreenderam que se faz necessário transformar esta Região, redimindo-a da miséria e do analfabetismo e implantando, aqui, os suportes de uma estrutura econômica estável e progressista, cujos reflexos estender-se-ão por todo o País. Tudo isso é verdade, aceita e respeitada pelo nosso povo e pelos nossos dirigentes. No entanto, é verdade igualmente que o processo de desenvolvimento tem natureza global. Não se pode falar em desenvolvimento econômico sem cogitar do desenvolvimento cultural. E, para este aspecto, devem estar atentos da mesma forma Governos e empresários.

Foi por assim pensar que tomamos a iniciativa de criar um complexo cultural — no coração da Cidade — e que significa uma tomada de posição lúcida e coerente. Trata-se de um plano cultural perfeitamente integrado dentro da realidade da Região e, particularmente, do nosso Estado. Conhecemos nossa problemática e sabemos como agir em função dela. Não somos meros sonhadores, pois sabemos que as soluções utópicas não convencem sequer os incautos. Estamos objetivamente preparados para executar o nosso plano “uma política de teatro no desenvolvimento do Nordeste”, cujo estudo de viabilidade, com esse título, está concluído e excelentemente apresentado. Não poderemos, todavia, executá-lo sozinhos. Afinal, quem poderá construir uma obra de tal importância isoladamente? Necessitamos do apoio dos investidores nacionais e locais, dos grandes, dos médios e dos pequenos investidores. As repercussões so-

ciais e culturais da obra idealizada justificam plenamente essa colaboração. É uma obra audaciosa, sim. Nem por isso ela deixa de ser viável. Ao contrário, essa é mais uma razão para se acreditar na sua viabilidade: está suficientemente provado que a mentalidade conformista é um obstáculo às verdadeiras soluções de grandeza, tanto no âmbito nacional como no regional.

O nosso plano consiste, como acima dissemos, em criar um complexo cultural. Como? Por que e para que? Vejamos: tendo o homem como meta principal, o Nordeste vem alcançando, paulatina e concretamente, a sua verdadeira dimensão. E há, sem dúvida nenhuma, uma concepção nova da sua importância no espírito de cada nordestino, muito embora não se possa afirmar que está próximo o estágio ideal e conclusivo de sua integração na faixa do pleno desenvolvimento. Muito ainda é necessário fazer para o aproveitamento das suas fantásticas virtualidades. Uma coisa, todavia, é certa: o Novo Nordeste existe e, em termos de Brasil Grande, ele terá de ser necessariamente, valorizado à altura do que hoje representa e mais ainda representará no futuro próximo de nosso País.

A intenção, porém, não é falar sobre a significação econômica do Novo Nordeste. Esse tema, embora vasto, já está sofrendo a exaustão da sua reiterada abordagem técnico-especializada.

O bom senso e a experiência já vivida determinam, agora, evitar a repetição dos clamorosos erros do passado e impedir que o pecado da omissão concorra para prejudicar o formidável futuro da estrutura que vem sendo cuidadosamente montada e de cuja solidez ninguém duvida mais. Por isso mesmo é que se

O teatrólogo Meira Pires se propõe a implantar um complexo cultural na capital do Rio Grande do Norte. Um projeto já existe, mostrando a viabilidade do empreendimento e estabelecendo os meios para a sua execução.

No presente artigo, escrito exclusivamente para RN-ECONÔMICO, Meira Pires lança sua idéia ao empresariado.

torna urgente e indispensável alertar os interessados, na plenitude desse futuro, para um aspecto que se apresenta como necessário à formação correta e integral de qualquer comunidade. Trata-se da cultura e, em particular, das artes em todas suas manifestações e modalidades. E quando se fala em artes deve ser particularizada o teatro, que é a arte soberana, a matriz de todas as outras e que continua a ser, nos países civilizados, ao mesmo tempo, fator e expressão de cultura.

Depois de estudar e analisar várias alternativas, o TEATRO ESCOLA DO NATAL (TENAT) decidiu, inicialmente, não revogar a constituição jurídica que inspirou sua fundação, mas reformulá-la completamente, ensinando-lhe maior e melhor flexibilidade. A seguir, passou a pensar num projeto que lhe propiciasse possuir a sua sede própria, dotada das condições indispensáveis para fazê-lo, pelo menos, auto-sustentável, já que não seria lícito pensar que, pelo menos de início, seria dotado de rentabilidade. Uma coisa, todavia, é certa: basicamente, o projeto do TEATRO ESCOLA DO NATAL (TENAT) se destina a integrar o teatro no desenvolvimento do HOMEM do Nordeste, quando tanto se proclama que ele é o fim principal da luta que se empreende nesse sentido. Mas como o teatro não conta com recursos específicos que lhe propiciem condições de se engajar nessa dignificante obra e para que ele sobreviva, fez-se necessário pensar num caminho menos árido e que se mostra como o único que conduzirá à concretização do anseio maior: fazer o teatro participar do desenvolvimento do Nordeste como cultura, educação, divertimento e ensino que são, em suma, as pilas-

tras mestras de apoio de qualquer povo e de qualquer nação, consciente e desejosa de uma afirmação no consenso geral.

Definida a alternativa e descoberto o melhor e mais razoável caminho, o TEATRO ESCOLA DO NATAL (TENAT), que tantas e tão repetidas glórias já proporcionou ao Rio Grande do Norte, adquiriu um terreno num dos melhores logradouros da Cidade — à Praça André de Albuquerque — onde foi fundada a capital do Rio Grande do Norte. Esse terreno está situado numa das áreas urbanas mais privilegiadas e prósperas, não só no presente como mais ainda no futuro. Para ela convergem, diariamente, milhares de pessoas e por ela passam outras milhares porque ali, é, também, o centro do escoamento para outros locais: bairros, subúrbios e o rumo que leva ao centro da Cidade que cresce. Aí tenciona-se construir a sede da sociedade. O projeto arquitetônico e de engenharia já está feito. A área a ser construída é de 1.507,70m², assim distribuída:

a) — no subsolo, um Cinema com capacidade para 504 espectadores, sendo 366 na plateia e 138 no balcão;

b) — acima do Cinema, estão situadas 5 lojas que são alcançadas através de uma escada que vem da entrada do edifício e servirão para as diversas unidades rentáveis como livraria, boutiques, sorveteria, bar, etc.;

c) — teatro no pavimento superior, sobre as Lojas, com capacidade para 260 espectadores com palco dotado de todos os requisitos essenciais às atividades cênicas e dos mais modernos e no mesmo plano um Salão para Exposição de Artes medindo 27,50m²;

d) — salão de Ballet, com 35,90m², dotado de vestiário com armários embutidos, sala de Secretaria, banheiros, boxes, etc.;

e) — dentro da "caixa" do Teatro, a partir do urdimento e até as varandas, um Restaurante, com boate, dando para o Rio Potengi e de onde se vislumbrará toda a beleza de uma terra de exuberante riqueza panorâmica.

Esse é, em linhas gerais, o projeto arquitetônico da sede própria do Teatro Escola do Natal (TENAT) onde se desenvolverão as atividades das seguintes unidades:

1 — Comédia Natalense (CONAT), para a montagem de peças teatrais de alto nível artístico e cultural;

2 — Curso de Arte Dramática, para formação de técnicos de todos os níveis constitutivos dos espetáculos cênicos e que serão aproveitados, de preferência, no elenco estável da CONAT;

3 — Curso de Ballet;

4 — Biblioteca ;

5 — Livraria.

O empreendimento encontra-se planejado e amadurecido em todos os seus aspectos e se destina à implantação de uma política de desenvolvimento cultural, no Nordeste, ao lado do seu já efetivo processo de desenvolvimento econômico.

O custo da obra está previsto em Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) incluindo a decoração e todo o equipamento. Nela, são enfatizáveis dois aspectos básicos:

1 — a sua edificação, de acordo com o projeto arquitetônico elaborado, para o que é necessário e indispensável a ajuda de terceiros;

2 — o seu funcionamento, que dispensará qualquer participação externa, diante de suas condições de auto-sustentação.

Em outras palavras, significa dizer que, concluído o prédio e equipado o TEATRO ESCOLA DO NATAL (TENAT), o seu funcionamento não poderá sofrer solução de continuidade, devido à sua capacidade de geração de recursos.

Contudo, pelo vulto do empreendimento, o TEATRO ESCOLA DO NATAL (TENAT), é obrigado a recorrer a fontes externas, para a garantia da concretização de uma obra que, pela sua destinação, não pertencerá a um Estado ou a uma Região, e sim ao País como um todo, revestindo-se nos seus efeitos em favor da comunidade, muito mais de caráter público do que privado.

Como possíveis fontes de financiamento são sugeridas as seguintes.

a) — participação das empresas industriais e comerciais da Região, através de doações deduzíveis do Imposto de Renda;

b) — dotações e subvenções orçamentárias dos organismos públicos ligados ao desenvolvimento sócio-econômico do Nordeste;

c) — colaboração material dos Governos estaduais e empresários do sul do País;

d) — participação de organismos internacionais ligados à promoção cultural;

e) — participação decisiva do Governo Federal.

Em resumo, é o que pretendemos fazer. Brevemente, estaremos procurando reunir os empresários e autoridades locais para às mesmas interessar na iniciativa e às quais entregaremos o perfil do estudo de viabilidade, que prova, fartamente, ser possível auto-sustentar o Teatro. Dir-se-á, talvez, que as casas de espetáculos existentes na Região, dispensariam a construção de outras. Acontece que elas são apreciáveis relíquias arquitetônicas e históricas. Como tais devem permanecer porque, inclusive, foram construídas em locais que, na atualidade, são considerados completamente fora de mão, deslocados do meio de convergência pública. Daí serem logo julgadas sem condições de receber qualquer modificação que as tornariam auto-sustentáveis. Este, portanto, o motivo mais forte que nos inspirou: a auto-sustentação do teatro para que ele possa enfrentar, com tranquilidade, o invejável poder dos modernos veículos de comunicação e não morrer.

Não se entende que cuidar da matéria, unicamente, seja a motivação superior e principal de uma área em desenvolvimento. E o espírito dessa matéria? Será que ele, marginalizado como está, não ficará atrofiado pela robustez que se está procurando imprimir ao seu arcabouço? Ninguém terá condições para responder contrariamente porque incorreria numa elementar incoerência ou estupidez. O que está faltando, talvez, para não dizer coisa diferente, é um pequeno lembrete à lucidez daqueles que estão empenhados na solução das tradicionais dificuldades do Nordeste, alertando-os para que se não descuidem de fomentar, desenvolver e amparar a cultura, para ela destinando os recursos financeiros de que necessita para poder incorporar-se à época que estamos vivendo. Ou será que existe alguém interessado em criar uma geração material e materializada? É preferível não acreditar que a intenção seja esta e firmar como ponto de vista

definitivo que está faltando, apenas, o lembrete já citado para que, assim, os meios apareçam e a distorção atual seja interrompida. Isto não acontecendo, é preferível pôr em dúvida o que vem sendo executado e criar, para substituir os criminosos industriais das sêcas, a figura dos carrascos do espírito.

O mundo empresarial nortio-grandense, será o primeiro a tomar conhecimento do nosso projeto e, dêle, esperamos o apoio de que carecemos para que possamos, com o seu estímulo, a sua compreensão e boa vontade, bater em outras portas para dar ao Brasil um exemplo edificante de amor à cultura e a Natal a primeira UNIVERSIDADE DE ARTES da América do Sul.

Temos convicção de que os nossos empresários e as nossas autoridades, escutarão o nosso grito. Daqui, desta pequenina Cidade, saíram realizações vigorosas e que ainda hoje são lembradas e imitadas: congressos e festivais de teatro. Daqui, sempre procuramos contrariar a sentença de Lorca: "um povo que ama e não fomenta o seu teatro, se não está morto, está moribundo", e também: "o teatro é o barômetro que marca a decadência ou a grandeza de um povo".

A missão não é fácil, sabemos, mas é essencial. É uma tarefa de que se pode dizer, como Gordon Craig, ser a mais pesada e a mais fácil do mundo: a mais pesada para os que só nasceram para dormir; a mais fácil para os que nasceram para acordar os outros.

E isto é o que tencionamos fazer. Acordar os que estão dormindo para o problema e sem querer aceitar e entender o teatro como fator de integração que não pode ser esquecido no momento atualmente vivido pelo Nordeste.

RN-Econômico

Assinatura Anual

Cr\$ 20,00

HOSPEDE-SE NO
"CORACÃO DA CIDADE"

O HOTEL NATAL



ESTÁ
PERTO
DE TUDO
OFERECENDO
CONFÔRTO.
APARTAMENTOS
COM BANHO
E TELEFONE

HOTEL NATAL
AV. RIO BRANCO. N.º 740
Telef.: 2108 - End. Teleg. CONFORTO
UM EMPREENDIMENTO HABIB CHALITA

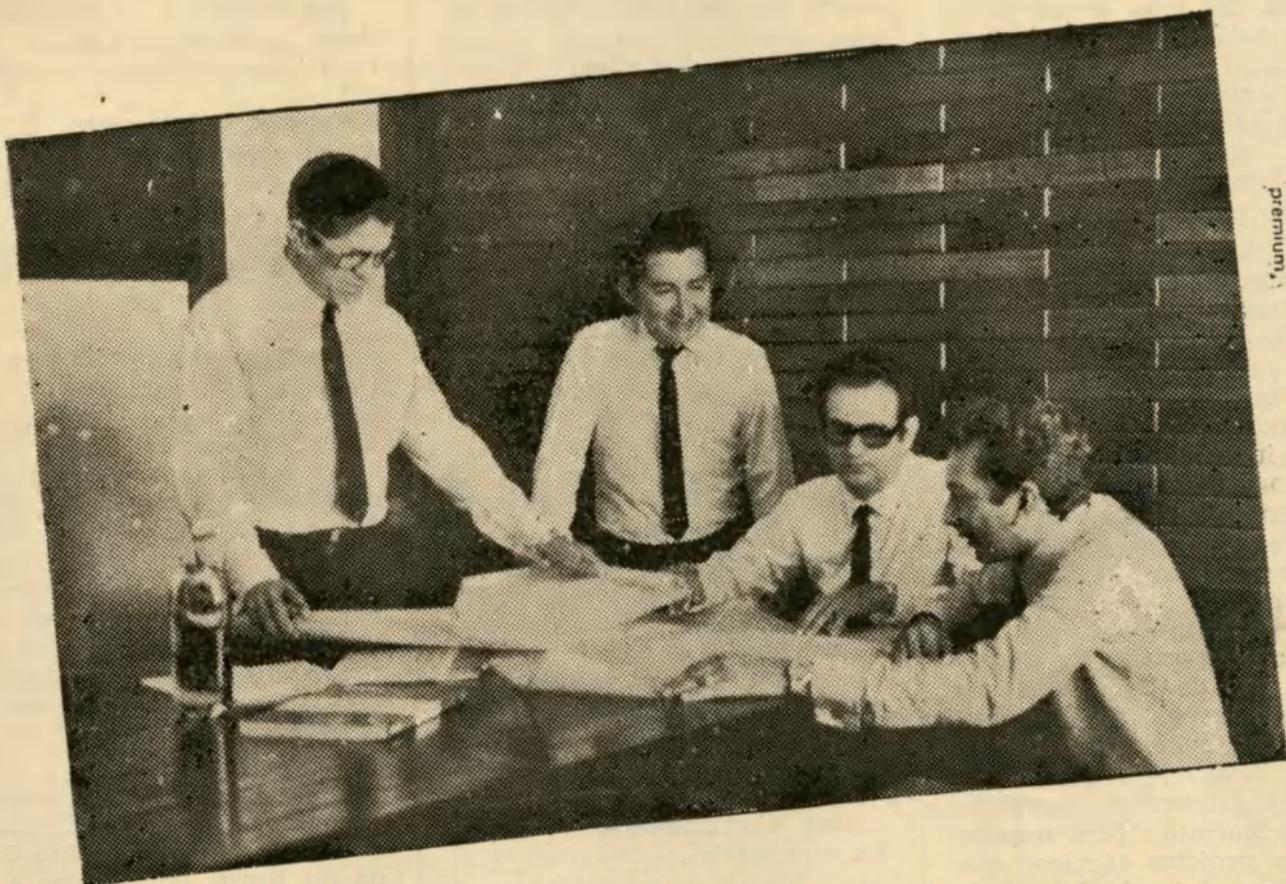
Entre no time
dos homens bem
informados.
Assine RN-Econômico
seu melhor assessor
para assuntos
de economia,
finanças e política do
Rio Grande do Norte.

Solicitações de assinatura para

Editôra RN - Econômico Ltda.

Av. Rio Branco, 533 - 1º andar - S/15 e 16
Edifício São Miguel - Natal (RN)

um time que só tem técnicos ...



ASSISTENCIA TÉCNICA
organização administrativa da empresa, etc.
sistema de custos
estudos de arranjo físico (lay-out)
programação e controle da produção
estudos de métodos e medidas de trabalho

•••
ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA

implantação
expansão
modernização
relocalização



NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA INDUSTRIAL

Av. Tavares de Lira, 109

CONVÊNIO BANDERN/SUDENE

São técnicos altamente treinados. Muitos deles com estágios no exterior. Sabe qual é o trabalho deles?

— A luta pelo desenvolvimento econômico.

Êles integram a equipe do NAI (Núcleo de Assistência Industrial) e preparam documentos específicos, oferecem assistência técnica, treinamento a empresários, perfis industriais e estudos e pesquisas setoriais.

Em tempo: êles lutam pelo fortalecimento da indústria local, um dos caminhos para o desenvolvimento do Estado.

Ressalvando-se o inverno, perspectivas para o ano de 1971 são bem melhores

A Sêca de 1970 reduziu em mais de 50% a produção agrícola do Rio Grande do Norte. O algodão ficou nos 30% da safra de 1969. O rebanho ficou mais escasso, sofrido pela falta de pasto e também pela sua comercialização para outros Estados.

Esta observação ainda é a tônica da situação do Rio G. do Norte, neste iniciado ano de 1971, que não se sabe se será mais chovido do que o ano passado, porque a incidência pluviométrica ainda é instável e diversificada, atingindo regiões salteadas, como num jogo de tabuleiro da natureza, que não quer se fixar em nenhuma zona com o "milagre" do inverno.

Mas as perspectivas do Estado para o ano de 1971, essas são boas. Pelo menos isto. São melhores, bem melhores do que as de 1970. Porque agora, mais do que antes, existem os incentivos de financiamento para implantação de projetos técnicos que independem, de certa forma, da incidência das chuvas. De certa forma mas nem tanto. O economista Jomar Alecrim, um otimista quanto ao ano de 1971 no Rio Grande do Norte faz as suas ressalvas:

"As perspectivas são bem melhores agora, ressalvando-se o fato das chuvas. Se fôr superado o problema da sêca, há reais possibilidades da implantação de vários projetos agropecuários e projetos agrícolas e mesmo agroindustriais que poderão representar um grande salto para a fixação do Estado no caminho da industrialização".

Realmente, nos dois últimos anos, o número de estudos de projetos agropecuários, pedidos ou determinados por empresários norterio-grandenses, foi bem

maior do que o de projetos essencialmente industriais. Numa prova de que o nosso homem não foge, ou não quer fugir, do destino de depender da terra.

Os incentivos do sistema 34/18 da SUDENE em 1971 estão com maiores possibilidades de vir para o Estado, através de um grande número de projetos que incluem o gado como fonte inelutável de dependência: é gado para leite, gado para cria, para recria e para engorda.

Por outro lado, em termos de incentivo, se sabe que o BANCO-FERN vai intensificar a política de ajuda ao setor agropecuário e ao setor agrícola primário. Há notícias de que o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte está conseguindo financiamento junto ao Banco do Estado de São Paulo, para repassar aqui, visando incrementar e desenvolver os projetos que aproveitarão nossas disponibilidades agrícolas e pecuárias.

O economista Benivaldo Azevêdo, da INDUPLAN, falando sobre as possibilidades industriais do Estado para 1971 começa enfatizando um fato: o futuro governador, professor Cortez Pereira, está interessado na dinamização da indústria aqui. E como a sua administração será baseada numa política essencialmente desenvolvimentista, é de se crer que logo, muito cedo ela dê condições a grupos de fora para aqui se instalarem acenando-lhes com facilidades que representam realmente investimentos até a longo prazo em favor do nosso futuro.

A INDUPLAN hoje tem diversos projetos já com Carta-Consultas respondidas pela SUDENE, o que significa que estão a dois passos do financiamento definitivo. Entre êsses:

PRODUPECA — Produtos de Pesca, Exportação Ltda. — pesca e industrialização de lagosta.

CONFECÇÕES REIS MAGOS — (projeto de ampliação) — Camisas e calças esportivas.

CONFECÇÕES SUCAR — (projeto de ampliação) camisas e calças esportivas.

RF-FIBERGLASS LTDA. — (projeto de ampliação) — Massas e colas plásticas.

No tocante aos projetos agropecuários, o economista Jomar Alecrim (também da INDUPLAN) omitiu propositadamente os nomes das firmas e suas finalidades imediatas, com o intuito mesmo de resguardar interesses dos clientes, enquanto as Cartas-Consultas não sejam respondidas.

Na verdade, não há dúvidas de que as perspectivas são boas e bem melhores para o Rio Grande do Norte, com vistas à implantação de projetos agropecuários e industriais. Mais ainda, acreditam os observadores, pela intensão confessa do novo Governador e de seus auxiliares, de partirem para o incentivo total da iniciativa privada, no tocante a essa nova mentalidade. Afora isto há ainda, no setor agropecuário, as ajudas do Governo Federal, que através do Fomento Agrícola são de tanta importância para o desenvolvimento do setor.

RN-ECONOMICO

Assinatura

Anual

Cr\$ 20,00

Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN)

9.º Relatório Anual

INTRODUÇÃO

A Diretoria da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte — COSERN, cumprindo disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de apresentar aos senhores acionistas o Relatório de suas atividades no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1970.

CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Durante o exercício de 1970, a Companhia executou todos os programas estabelecidos para o período, entre os quais, os de obras do Plano de Eletrificação do Estado e os de melhoria da qualidade de seus serviços. Iniciou, também, o programa de reforma e ampliação da rede elétrica de Natal, já tendo concluído o projeto correspondente e adquirido os materiais para a construção de um 5.º alimentador, com substituição de linhas primárias críticas, cujos serviços deverão ser iniciados em janeiro de 1971.

Sem perder de vista as peculiaridades locais, a significação da Empresa como instrumento de promoção de desenvolvimento econômico-social e tendo em conta, também, os níveis tarifários das concessionárias de serviços de energia da região, a Companhia, seguindo diretrizes do Governo Federal, vem tentando obter, já com grande sucesso, a remuneração legal dos seus investimentos. Nesse sentido, o Balanço encerrado em 1970, apresenta um lucro líquido de Cr\$ 1.814.940,10 que, em última análise, revela o esforço e a eficiência de toda uma equipe que soube compreender e realizar os programas relacionados com os verdadeiros objetivos da Empresa.

Foi revista, no período findo, a estrutura funcional da Companhia, com o estabelecimento de novos métodos e

procedimentos, de modo a dar aos seus funcionários condições de maior eficiência e rendimento em suas tarefas e, também, melhor controle do trabalho de cada setor.

ÁREA SERVIDA

A Companhia atingiu todas as regiões do Estado, com seu sistema elétrico, estando atendendo 77 (setenta e sete) municípios, além de algumas localidades como Pirangi, Igapó e Redinha, entre outras, cuja eletrificação resultou de imperativo decorrente do interesse turístico e social.

Cinco novas cidades estão com as obras de eletrificação concluídas, devendo ser inauguradas nos primeiros dias de janeiro, juntamente com as subestações abaixadoras, montadas pela Empresa, em São José de Mipibú e Ceará Mirim, respectivamente de 2 500 KVA, ambas de 69/13,8 kV.

NÚMEROS DE CONSUMIDORES

No término do exercício de 1970, verificou-se um aumento de 10,76% no número de consumidores servidos pela Empresa, em relação ao ano de 1969, conforme demonstração abaixo:

CLASSE	31.12.69	31.12.70	AUMENTO (%)
Residencial	42.135	46.564	10,51
Não Residencial	5.576	6.175	10,74
Industrial	350	469	34,00
Rural	20	28	40,00
Outras Classes	1.122	1.260	12,30
T o t a l	49.203	54.496	

Aumento total verificado em todas as classes: 10,76 %

POPULAÇÃO SERVIDA PELA COSERN E EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES

	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
POPULAÇÃO:	8.873	27.216	62.245	107.674	136.365	328.506	376.539	398.920
CONSUMIDORES:	665	1.828	3.901	8.960	10.942	44.125	49.203	54.496

ENERGIA COMPRADA

A energia distribuída pela Empresa, foi adquirida através do sistema da Cia. Hidro Elétrica do São Francisco — CHESF, tendo essa energia comprada atingido, no exercício, a quantia de 106.030.112 kwh, dos quais, 70.637.760

kwh foram destinados à Capital e 35.392.352 kwh ao interior, em que se inclui uma pequena parcela suprida através da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba — SAELPA. Os aumentos de energia comprada, em relação ao ano anterior, e seus custos, foram os seguintes:

ANO	Energia Comprada KWH	Suprimento feito através da		Custo do Suprimento		Custo total de energia comprada — Cr\$ —
		CHESF	SAELPA	CHESF	SAELPA	
1969	92.734.246	92.536.312	197.934	3.244.831,07	18.217,57	3.263.048,64
1970	106.030.112	105.736.102	294.010	4.379.956,85	55.050,50	4.435.007,35

VENDA DE ENERGIA

No período, registrou-se uma venda de energia de 95.588.347 kwh às diversas cidades do interior e capital, tendo sido verificado um aumento de 18,06% em relação ao exercício anterior.

CLASSE	31.12.69 KWH	31.12.70 KWH	AUMENTO (%)
Residencial	28.528.724	32.230.810	12,98
Não Residencial	11.173.708	12.489.346	11,77
Industrial	16.014.484	26.980.541	68,48
Rural	152.248	399.005	162,08
Outras Classes	25.097.903	23.488.645	6,41
Total	80.967.067	95.588.347	

NOTA: A redução apresentada no item "Outras Classes", foi motivada pela transferência de consumidores para a rubrica "Industrial".

REALIZAÇÕES

Dando continuidade ao Plano de Eletrificação do Estado, a Empresa estendeu suas linhas à diversas cidades interioranas e reformou e ampliou alguns trechos da Rede de Distribuição de Natal

LINHAS DE TRANSMISSÃO E SUB-TRANSMISSÃO CONCLUÍDAS DO ANO DE 1970

01. — Marcelino Vieira — Pau dos Ferros
- 02 — Caicó — São João do Sabugi
- 03 — Jaçaná — Coronel Ezequiel
- 04 — Nova Floresta — Jaçaná
- 05 — Zabelê — João Câmara
- 06 — São Paulo do Potengi — Riachuelo
- 07 — Pedro Avelino — Afonso Bezerra
- 08 — Lagoa Nova — Cerro Corá
- 09 — Lucrécia — Frutuoso Gomes
- 10 — São Pedro — Ielmo Marinho
- 11 — São João do Sabugi — Serra Negra do Norte
- 12 — Marcelino Vieira — José da Penha
- 13 — Barreira do Inferno — Pirangi
- 14 — São Paulo do Potengi (seccionada) — Barcelona
- 15 — Macau — Pendências

MATERIAIS UTILIZADOS

Postes	1.206
Cabos condutores	99.628 kg
Extensão construída	180,265 km

RÊDES DE DISTRIBUIÇÃO

- 01 — Marcelino Vieira
- 02 — Pau dos Ferros
- 03 — Ielmo Marinho
- 04 — Coronel Ezequiel
- 05 — São João do Sabugi
- 06 — Jaçaná
- 07 — Riachuelo
- 08 — Barcelona
- 09 — Pirangi do Norte (**)
- 10 — Pirangi do Sul
- 11 — João Câmara
- 12 — Cerro Corá
- 13 — Afonso Bezerra
- 14 — Frutuoso Gomes (*)
- 15 — José da Penha (*)
- 16 — Pendências (*)

MATERIAIS UTILIZADOS

Postes	2.271
Potência total — kVA	1.050
Cabos condutores — Rede Primária	5.838 kg
Cabos condutores — Rede Secundária	19.502 kg
Transformadores instalados	45

(*) — RD's concluídas em 1970, as quais serão inauguradas no próximo exercício;

(**) — As RD's Pirangi do Norte e Pirangi do Sul foram construídas numa só etapa.

MONTAGEM DE SUBESTAÇÕES

No exercício a Empresa montou as subestações de São José do Mipibu e Ceará Mirim, de 69|13.8 kV — 2 500 kVA e 69|13.8 kV — 2.000 kVA, respectivamente, que serão inauguradas dentro dos próximos dez dias. As unidades instaladas visam melhorar as tensões de operação em ambas as regiões e, igualmente, da capital com a redução de carga na subestação local.

Ainda, para melhorar a tensão de operação de toda a região ligada ao sistema de Caicó, foi montada uma estação reguladora automática no local da estação seccionada dessa cidade.

OBRAS EM ANDAMENTO

- RD — Touros
- RD — Serra Negra do Norte
- LT — Macau — Pendências
- LT — Almino Afonso — Caraúbas

PROGRAMA PARA 1971

Para o próximo exercício estão previstas as seguintes obras:

- RD — Lagoa d'Antas
- RD — Caraúbas
- RD — Tenente Ananias
- RD — Alto do Rodrigues
- RD — Antônio Martins
- RD — Rui Barbosa
- RD — Bom Jesus
- RD — Apodi
- RD — Luiz Gomes
- RD — São Rafael
- RD — Lagoa Salgada
- RD — Riacho de Santana
- RD — Coronel João Pessoa
- RD — São Miguel
- RD — Carnaubais
- LT — Açú — Carnaubais
- LT — Lastro — Tenente Ananias
- LT — PENDÊNCIAS — Alto do Rodrigues
- LT — Frutuoso Gomes — Antônio Martins
- LT — Barcelona — Rui Barbosa
- LT — São Pedro — Bom Jesus
- LT — José da Penha — Luiz Gomes
- LT — Açú — São Rafael
- LT — Monte Alegre — Lagoa Salgada
- LT — Santo Antônio — Lagoa d'Antas
- LT — Marcelino Vieira — Riacho de Santana
- LT — Riacho de Santana — Cel. João Pessoa
- LT — Cel. João Pessoa — São Miguel
- LT — Almino Afonso — Caraúbas
- LT — Caraúbas — Apodi

COMPRAS

A Empresa efetuou compras no valor de CR\$ 3.140.497,05 nesta capital e em outras praças, com aquisição de materiais e equipamentos indispensáveis à construção e manutenção das Linhas de Transmissão e Redes de Distribuição, bem como dos demais setores de operação da Empresa.

Foram adquiridos, ainda, no exercício, com recursos provenientes do empréstimo do BID, materiais no valor de Cr\$ 2.033.036,53. O movimento pode ser assim resumido:

— Coletas de Preços realizadas	796
— Requisições de Materiais emitidas	16.437
— Concorrências para venda de Materiais inservíveis	4
— Ordem de Compras emitidas	2.361
— Saldo de Materiais em estoque em 31.12.70	Cr\$ 3.787.725,44

PESSOAL

Ao encerrar-se o exercício de 1970, a Empresa conta com 726 (setecentos e vinte seis) empregados, distribuídos pelos vários setores dos seus serviços. Frise-se que, observando as normas legais regulamentares disciplinadoras da espécie, a Companhia concedeu, no exercício, aumento geral de salário aos seus empregados na base de 23,76%.

PREVENÇÃO DE ACIDENTES

Durante o exercício de 1970, a Empresa dispensou especial atenção ao setor de prevenção de acidentes, intensificando as visitas do pessoal de segurança às diversas frentes de trabalho, realizando palestras e treinamentos orientados para eliminar as causas que produzem acidentes. Foram registra dos 24 acidentes de natureza leve e um fatal.

CENTRO DE TREINAMENTO

Mais três turmas de Auxiliares Técnicos de Engenharia e Eletricistas de Rede e Linhas, foram formados pelo Centro de Treinamento de Eletricistas de Natal—CETENA, mantido pela Companhia.

Além dos cursos de nosso Centro de Treinamento, a Empresa promovêra o aperfeiçoamento técnico de seus funcionários, com estágios ministrados fora do Estado, obtendo com isso expressivos resultados.

TURMAS FORMADAS PELO CETENA

ANO	Número de Turmas		Número de Alunos		Total geral de alunos formados
	Aux. Eng. Eletricista	Aux. Eng. Eletricista	Aux. Eng. Eletricista	Aux. Eng. Eletricista	
1967	1	3	11	59	70
1968	1	2	11	33	44
1969	1	—	11	—	11
1970	1	2	14	30	44
					169

ASSESSORIA JURÍDICA

Em todos os casos que se fez necessária a sua presença, a Assessoria Jurídica da Empresa atuou de maneira decisiva, mui principalmente nos problemas com implicação de ordem legal como Contratos, Convênios, Aplicação de novas Leis e Regulamentos, assuntos de Pessoal e de Ordem Fiscal.

BENS E INSTALAÇÕES

O aumento de investimento em Bens e Instalações inclusive a reavaliação do exercício, atingiu a soma de Cr\$ 7.057.999,84, apresentando uma elevação de 27,01%, em relação ao ano anterior.

	1969	1970
Ativo Imobilizado	18.715.215,06	23.089.793,24
Obras em Andamento	697.560,03	1.152.818,79
Correção Monetária	6.720.139,61	8.948.302,51
	26.132.914,70	33.190.914,54

TARIFAS

Em relação aos preços cobrados no ano anterior e os atualmente em vigor, resultantes da aplicação da Portaria n.º 94, de 1.º de junho de 1970, retificada pela de n.º 104, de 4 de junho de 1970, acrescidos do adicional de aumento salarial, observa-se que houve apenas uma pequena elevação no preço do kWh na área de operação da Companhia.

A tarifa do grupo "A", mesmo apresentando um aumento de 30,94% no preço do kW/demanda, foi beneficiado com uma elevação insignificante no preço do kWh/consumo no primeiro bloco e redução no segundo bloco em cerca de 16,9%

Preços atualmente cobrados em relação aos vigentes no ano anterior:

GRUPO "A"				
		Dez/1969	Dez/1970	Aumento%
Demanda:	(kW) Cr\$	9,92.8	13,00	30,94
Consumo:		0,		
	1.º bloco (kWh)	0,03.27	0,03.55	8,56
	2.º bloco (kWh)	0,01.96	0,01.67	(14,80)

GRUPO "B"				
		Dez/1969	Dez/1970	Aumento%
Residencial:				
	Consumo (kWh) Cr\$	0,15.06	1,18.58	23,37
Não Residencial:				
	Consumo (kWh) Cr\$	0,17.29	0,20.65	19,43

RECEITA

As receitas de operação e estranha à operação, superaram as do exercício anterior em 38,57%, conforme abaixo:

Receita	1969	1970	Aumento (%)
Receita de Operação	Cr\$ 9.314.944,17	12.748.323,73	36,86
Outras Receitas	146.321,90	370.141,85	152,96
Receitas Estranhas a			
Exploração	16.649,06	14.895,80	(10,53)
TOTAL	Cr\$ 9.477.915,13	13.133.361,38	

DESPESA

As despesas de Exploração e Estranhas à Exploração, apresentaram uma elevação de 28,49% em comparação com as do ano passado, conforme abaixo:

Despesas	1969	1970	Aumento (%)
Despesas de Operação	Cr\$ 7.001.811,00	9.290.760,18	32,69
Despesas Estranhas à			
Exploração	Cr\$ 1.099.908,71	1.118.971,85	1,73
TOTAL	Cr\$ 8.101.719,71	10.409.732,03	

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIRO

Com a execução dos programas de expansão das suas redes elétricas e de melhoria da qualidade de seus serviços, visou a Empresa levar a tódas as áreas do Estado um sistema elétrico em condições de ajudar a promover o desenvolvimento econômico-social, cumprindo, assim, uma de suas principais finalidades.

Atenta, aos aspectos da região, suas peculiaridades, vem procurando conseguir, progressivamente, pela eficiência de sua organização, o seu equilíbrio financeiro, mesmo utilizando os níveis tarifários da região que estão entre os mais baixos do país.

Ainda em 1968, foi registrado um prejuízo de MCr\$ 1.218 no resultado final das operações da Companhia, decorrente, principalmente, dos ajustes de reservas que se faziam necessários.

No ano seguinte, ou seja, 1969, obtínhamos um resultado positivo de operação, de MCr\$ 653 que compensou parte do prejuízo acumulado até o exercício, reduzindo-o para MCr\$ 524. Posteriormente esse saldo foi compensado com parte do resultado da correção monetária do Ativo Imobilizado.

Já agora, o lucro líquido apurado, no valor de Cr\$ 1.814.840,10, é o resultado de operação do exercício de 1970 e a melhor demonstração do esforço e eficiência do pessoal da Companhia.

RECURSOS

Durante o exercício, a Empresa obteve recursos e celebrou convênios com várias entidades visando ampliar suas redes de energia elétrica.

Recursos obtidos:

Governo do Estado	Cr\$	600.000,00
Governo do Estado — Parcelas do Fundo Federal de Eletrificação ...	Cr\$	1.840.142,64
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — Convênios	Cr\$	711.000,00
Municípios — Parcelas do Fundo Federal de Eletrificação	Cr\$	201.006,62
Outros	Cr\$	648.918,44
		4.001.067,70

Dos valores acima recebidos, Cr\$ 1.840.142,64 foi destinado ao pagamento a Eletrobrás como parte dos compromissos assumidos com a compra do acervo da Companhia Fôrça e Luz Nordeste do Brasil.

TRIBUTOS ARRECADADOS

Durante o exercício de 1970, a Empresa arrecadou e recolheu às entidades próprias as cifras abaixo, correspondentes às taxas de Empréstimos Compulsório à Eletrobrás Imposto Único sobre Energia Elétrica e Cota de Previdência.

Empréstimo Compulsório à Eletrobrás ...	Cr\$	930.571,27
Imposto Único sobre Energia Elétrica ...	Cr\$	1.383.053,02
Cota de Previdência	Cr\$	448.477,73
T o t a l	Cr\$	2.732.102,04

FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 1970 a Companhia tinha os seguintes financiamentos:

ELETOBRÁS

	Parte vencível	
	Curto prazo	Longo prazo
Empréstimo antigo cuja responsabilidade foi assumida pela Companhia, perante a Eletrobrás, em 1968 quando incorporou o acervo da CFLNB:		
Empréstimo de US\$ 103.352,40 com juros de 6% ao ano, resgatável em 36 parcelas semestrais entre 30 de junho de 1971 e 31 de dezembro de 1988 ...	42.632,87	460.961,51
Empréstimo de US\$ 438.314,76, com juros de 6,5% ao ano, resgatável em 36 parcelas semestrais entre 30 de junho de 1971 e 31 de dezembro de 1988 ...	180.804,84	1.988.853,27
Empréstimo de US\$ 65.320,02, com juros de 6% ao ano resgatável em 20 prestações semestrais entre 15 de março de 1971 e 15 de setembro de 1980	32.585,53	290.748,56
Empréstimo de US\$ 2.476,29, com juros de 6% ao ano, resgatável: em 31 prestações semestrais entre 31 de dezembro de 1973 e 31 de dezembro de 1988 ...		12.257,63
Empréstimo da Eletrobrás com repasse de recursos do Banco Interamericano do Desenvolvimento:		

Empréstimo correspondente a US\$ 1.896.000,00 dos quais US\$ 90.594,95 foram desembolsados até 31 de dezembro de 1970, com juros e encargos de 6% ao ano durante o prazo de utilização e depois de 5% ao ano, resgatável em 33 parcelas semestrais entre 25 de fevereiro de 1973 até 25 de fevereiro de 1989

448.445,14

Empréstimo correspondente a Can\$ 119.873,20 dos quais Can\$ 16.353,74 já foram desembolsados, com juros e encargos durante o prazo de utilização do empréstimo de 5,5% ao ano e posteriormente de 4,5% ao ano e resgatável em 47 parcelas semestrais entre 25 de fevereiro de 1976 e 25 de fevereiro de 1999

78.286,98

Empréstimo com juros de 12% ao ano e correção monetária, resgatável em 40 parcelas trimestrais de 19 de outubro de 1971 e 19 de julho de 1981 ...

162.137,00 6.323.363,00

Recursos recebidos do Ministério das Minas e Energia (MME), com prazo de carência de até 7 anos, resgatável em 20 anos, vencendo juros de 6% ao ano, durante o prazo de carência passando depois a 8% ao ano Juros sobre os recursos acima

1.939.957,90

451.054,44

418.160,24 12.001.927,34

EXIMBANK

Empréstimo antigo de US\$ 113.198,36 cuja responsabilidade foi assumida pela Companhia perante a Eletrobrás quando esta incorporou o acervo da CFLNB. Vence juros de 4,5% ao ano, resgatável em 12 parcelas semestrais entre junho de 1971 e 15 de dezembro de 1976

93.382,05 466.949,83

CERNE

Empréstimo com juros de 10% ao ano resgatável em parcelas mensais entre 8 de janeiro de 1971 e 8 de dezembro de 1984

5.142,84 66.857,16

Juros

5.184,60 9.075,40

Cr\$ 10.327,44 75.932,56

Os empréstimos em moeda estrangeira estão demonstrados no balanço pelo seu valor correspondente em cruzeiros à taxa de câmbio de Cr\$ 4,95 por US\$ 1,00 vigente em 31 de dezembro de 1970.

Os empréstimos acima são garantidos pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

AGRADECIMENTO

Ao final deste exercício, a Administração da Companhia sente-se no dever de ressaltar, e o faz com satisfação, a dedicação dos seus funcionários, técnicos e administrat-

vos, colaboradores e trabalhadores, de todas as categorias, graças aos quais foi possível o cumprimento de seu programa.

Estende esse agradecimento à SUDENE, ao Banco do Nordeste do Brasil S.A e ao Ministério das Minas e Energia, cujos recursos destinados à nossa Companhia constituíram fator decisivo do êxito da nossa administração.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao Governador Monsenhor Walfredo Gurgel, a Empresa registra um voto especial de gratidão e reconhecimento pela colaboração efetiva e decidida com que distinguiu esta Companhia, não obstante as limitações financeiras do Estado.

Ao ensejo do término do seu mandato, que coincide com o da nossa gestão, julgamos indeclinável dever de consciência ressaltar que não mudou um só instante sua atenção para com esta Companhia.

Demonstrando elevado espírito público e preocupação profunda com a tarefa de dotar o Rio Grande do Norte de infra-estrutura capaz de assegurar-lhe êxito na luta pelo desenvolvimento, jamais faltou com o seu apoio e incentivo.

Além disso, procurou sempre inteirar-se dos programas e necessidades da Empresa a fim de atendê-los, deixando a tarefa administrativa, que não dificultou um só instante, à exclusiva responsabilidade da Diretoria.

A esse comportamento, característico dos que vêm no mandato eletivo uma oportunidade de realizar o bem comum, deve-se em grande parte, o sucesso da nossa administração.

Dai, nosso agradecimento e nossa admiração

Natal, 31 de dezembro de 1970.

ROMULO GALVAO
Diretor Presidente

WOBER LOPES PINHEIRO
Diretor Comercial

HOMERO BARROS DE ANDRADE
Diretor Técnico

COMPANHIA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE — COSERN

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

A T I V O

IMOBILIZADO:

Bens e instalações em serviço, ao custo	22.951.594,96	
Outros bens e instalações, ao custo	138.198,28	23.089.793,24
Correção monetária do ativo imobilizado	8.948.302,51	
Diferença cambial não realizada	413.864,99	9.362.167,50
Reserva para depreciação	(1.975.183,87)	
Correção monetária da depreciação	(1.393.601,96)	(3.368.785,83)
		29.083.174,91

DISPONÍVEL:

Bancos		1.270.262,41
--------	--	--------------

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO:

Contas a receber-exercícios anteriores-Geral	46.743,35	
Federais, estaduais e municipais	1.031.478,75	1.078.222,10
Contas a receber-exercício corrente-Geral	3.539.876,94	
Federais, estaduais e municipais	722.818,56	4.262.695,50
Reserva para devedores duvidosos		5.340.917,60
		(173.997,80)
Devedores diversos		5.166.919,80
Depósito especiais ou cauções		124.728,44
		3.547,11
		5.295.195,35

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:

Subvenção tarifária	472.458,19	
Reserva para possíveis perdas	(91.977,18)	380.481,01
Almoxarifado, ao custo		3.682.206,70
FGTS — não optantes		311.654,67
		4.374.342,38

INVESTIMENTOS:

Inversões na Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte — TELERN —		
Ações, ao custo	525.776,49	
Conta Corrente	436.889,46	962.665,95

Títulos de renda geral, ao custo		20.329,75	
		982.995,70	
Reserva especial		(66.000,00)	
		916.995,70	
PENDENTE:			
Débitos em suspenso	174.383,13		
Obras em andamento, ao custo	1.179.089,93		
Caução de consumidores	102.426,08	1.455.899,14	
Subtotal		42.395.869,89	
COMPENSAÇÃO:			
Cauções da diretoria		150,00	
Taxa de iluminação pública cobrada em Natal (RGN)		12.341,03	
Deficiência de aumento salarial-acôron de 10-70		27.119,75	
Deficiência de câmbio entre Cr\$ 4,49 e Cr\$ 4,95		28.383,07	
Contas de resultados a compensar		5.982.669,51	
		6.050.663,36	
	Cr\$	48.446.533,25	

P A S S I V O

INEXIGIVEL:			
Contas de patrimônio --			
Capital		14.848.047,00	
Fração da correção monetária do imobilizado		242.534,56	
Adiantamentos para aumento de capital		6.230.950,65	
Reserva para reversão		366.562,59	
Reserva legal		85.783,52	
Saldo disponível para o exercício seguinte		1.814.940,10	
Total das contas de patrimônio		23.588.818,42	
Reserva para eventualidades		12.690,33	
		23.601.508,75	
EXIGIVEL A CURTO PRAZO:			
Contas a pagar --			
Geral	2.067.285,07		
Eletrobrás	64.196,61	2.131.481,68	
Obrigações a pagar		3.080,80	
Dívida a longo prazo vencida		109,85	
Obrigações a receber descontadas		49.481,85	
Indenizações trabalhistas		30.000,00	
Juros em curso — Eletrobrás	42.852,78		
ExImbank	1.085,19	43.937,97	
Outros créditos correntes		774.694,86	
Dívidas a longo prazo — parte vencível a curto prazo			
Eletrobrás	418.160,24		
Eximbank	93.382,05		
Cerne	10.327,44	521.869,73	
		3.554.656,74	
EXIGIVEL A LONGO PRAZO:			
Subvenções adiantadas pelos consumidores		380.481,01	
FGTS — não optantes		311.654,67	
Dívidas a longo prazo (Nota 2) —			
Eletrobrás	12.001.927,34		
Eximbank	466.949,83		
Cerne	75.932,56	12.544.809,73	
		13.236.945,41	

PENDENTE:

Créditos em suspenso	382.055,37	
Auxílios para construção	1.518.095,04	
Depósitos de consumidores	102.608,58	2.002.758,99

Subtotal 42.395.869,89

COMPENSAÇÃO:

Ações caucionadas da diretoria		150,00
Taxa iluminação		12.341,03
Compensação de deficiências — salá- rios		27.119,75
Compensação de câmbio entre Cr\$ 4,49 e Cr\$ 4,95		28.383,07
Compensação de deficiências — contas de resultados a compensar		5.982.669,51

6.050.663,36

Cr\$ 48.446.533,25

Natal, 31 de dezembro de 1970

ROMULO GALVÃO
Diretor Presidente

WOBER LOPES PINHEIRO
Diretor Comercial

HOMERO BARROS DE ANDRADE
Diretor Técnico

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
Técnico em Contabilidade
CRC—1263—RN CPF 004754674

COMPANHIA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE — COSERN
DEMONSTRAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO E DE LUCROS E PERDAS
PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

RENDA BRUTA DE EXPLORAÇÃO:

Receita de exploração —		
Serviços de eletricidade	12.748.323,73	
Outros serviços	370.141,85	13.118.465,58

Despesas de exploração —		
Serviços de eletricidade		9.290.760,18

3.827.705,40

DEDUÇÕES A RENDA BRUTA DE
EXPLORAÇÃO:

Quota para depreciação	860.068,58	
Prejuízo na venda de materiais	59.345,18	
Reserva para indenizações trabalhistas ..	30.000,00	
Reserva para férias adquiridas e não gozadas	10.500,00	
Impostos e taxas	4.149,50	974.063,26

DIVERSOS CRÉDITOS A RENDA BRUTA
DE EXPLORAÇÃO:

Lucro sobre venda de materias		15.792,86
-------------------------------------	--	-----------

2.869.435,00

RENDAS ESTRANHAS A EXPLORAÇÃO:

Aluguel e arrendamento de outras pro- priedades	4,80	
Jurcs	1.036,10	
Outras receitas	13.854,90	14.895,80

Subtotal 2.884.330,80

DESPESAS ESTRANHAS A EXPLORAÇÃO:

Juros sobre dívidas a longo prazo —

Residente no país	952.661,60	
Residente do exterior	39.029,04	985.690,64

Diversas despesas	7.497,34	
Comissões e taxas sobre empréstimos ..	125.783,87	1.118.971,85

Lucro líquido do exercício 1.765.358,95

Lucro líquido após apropriação		1.679.716,01
LUCROS E PERDAS DE ANOS ANTERIORES:		
Prejuízo acumulado em 31/12/69	(523.827,83)	
Prejuízo compensado com reavaliação	523.827,83	
Ajustes referentes a anos anteriores ...	135.224,09	135.224,09
SALDO DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		Cr\$ 1.814.940,10

Natal, 31 de dezembro de 1970

ROMULO GALVÃO
Diretor Presidente

WOBER LOPES PINHEIRO
Diretor Comercial

HOMERO BARROS DE ANDRADE
Diretor Técnico

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
Técnico em Contabilidade
CRC — 1263 — RN — CPF 004754674

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte — COSERN — reunidos nesta data, examinaram detidamente o Balanço da Companhia, a Conta de Lucros e Perdas, bem como o Relatório da Diretoria, referentes ao exercício de 1970, verificando a regularidade de todos êsses documentos. Tudo foi encontrado em ordem, em face do que êste Conselho recomenda a Assembléia Geral a aprovação dos aludidos documentos, relativos ao exercício de 1970. Deliberou, ainda, o Conselho, recomendar à Assembléia Geral a distribuição de dividendos com os acionistas, já que o Balanço apresentou razoável lucro, bem como, gratificação com Diretores e empregados, recomendando, por fim, que, com relação aos órgãos governamentais, a distribuição dos lucros seja feita através de encontro de contas, para os que se encontrem em débito perante a Companhia.

Natal, 18 de janeiro de 1971.

ULISSES CELESTINO DE GOIS
ROMULO XAVIER BARBOSA
FELIPE NERI DE ANDRADE

PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

Examinamos o balanço geral da COMPANHIA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE — COSERN, levantado em 31 de dezembro de 1970 e a respectiva demonstração das contas de resultado e de lucros e perdas referente ao ano findo naquela data. O nosso exame foi efetuado de acordo com as normas usuais de auditoria e, conseqüentemente, incluiu as provas nos livros de escrituração e outros processos técnicos de comprovação que consideramos necessários nas circunstâncias, exceto que não recebemos confirmação de contas a receber totalizando Cr\$ 382.079,43, contas a pagar totalizando Cr\$ 275.319,72 (referente à taxa de ilumina-

ção publica), auxílios para construção, totalizando Cr\$ 305.915,18, e Cr\$ 51.421,81 referente a contas recebidas adiantadamente, todos registrados em nome da Prefeitura Municipal de Natal.

Em vista da situação inflacionária que tem existido no país, em nossa opinião, as demonstrações financeiras devem ser apreciadas considerando-se o efeito das distorções causadas pela inflação. Com o fim de demonstrar parte do efeito da inflação em suas demonstrações financeiras, a Companhia efetuou correções monetárias das contas do ativo imobilizado e respectivas reservas para depreciação, de acordo com os coeficientes estabelecidos para correções monetárias efetuadas durante 1970, pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, e consignou no resultado do exercício, uma parcela de depreciação, aplicável ao aumento das contas do ativo imobilizado decorrente da correção monetária

Em nossa opinião, com exceção do efeito de quaisquer ajustes, que poderiam ter sido necessários se tivesse sido recebida confirmação da Prefeitura Municipal de Natal, conforme mencionado no primeiro parágrafo, o balanço geral anexo e respectiva demonstração das contas de resultado e de lucros e perdas refletem com propriedade a posição financeira da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte — COSERN, em 31 de dezembro de 1970 e o resultado de suas operações referentes ao ano findo naquela data, de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados em bases uniformes em relação às do ano anterior.

ARTHUR ANDERSEN & Co. — CRC GB—8—S—RN

Natal, Rio Grande do Norte, 29 de janeiro de 1971.

Sócio Responsável — L. U. NASCIMENTO
CRC GB — 16.195—S—RN

informativo

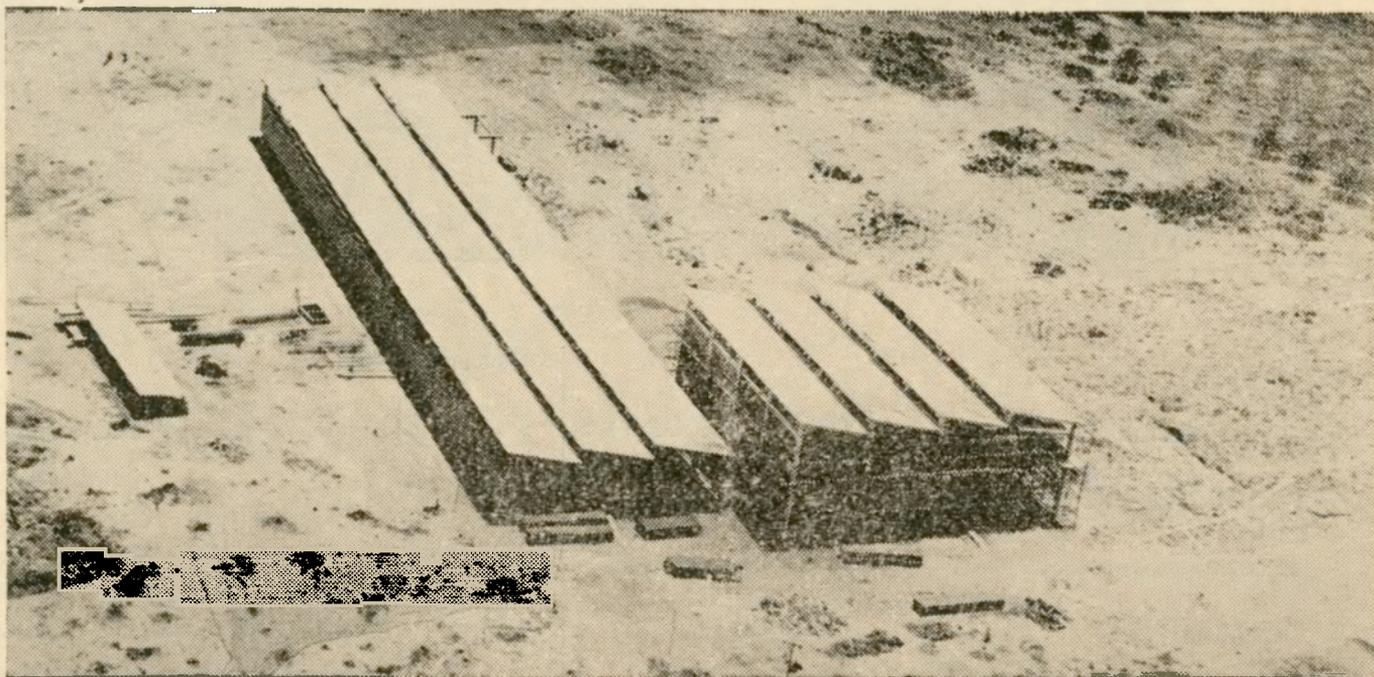
DUBOM

Órgão noticioso da DUBOM S. A.

N.º 1 — Fevereiro de 1971

No próximo ano
vamos produzir sabonetes
e sabões em Natal.

Mas, não é porisso que
vamos pedir para você
dar uma de Pilatos!...



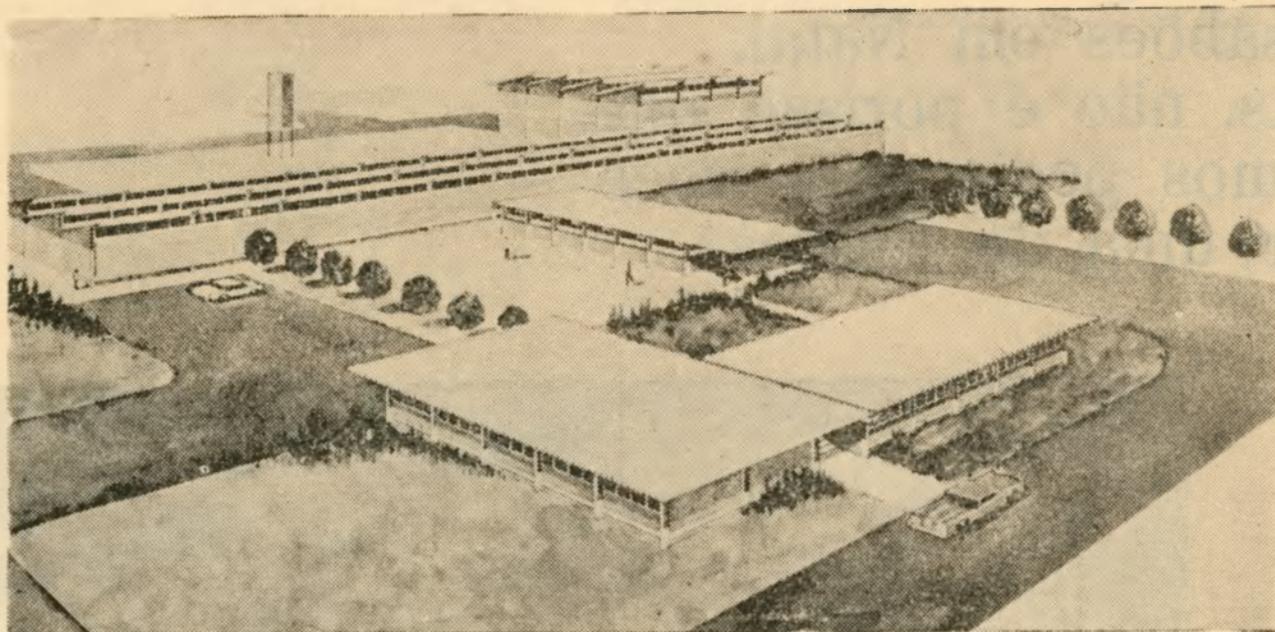
A DUBOM S. A. já é uma realidade em três mil metros quadrados de área construída (todo o complexo industrial), pronta para funcionar já em dezembro deste ano. E você ainda pode participar, ou continuar participando, de um dos maiores projetos industriais do Nordeste.

Queremos sua participação.

Depois lave as mãos e lucre.

A DUBOM é uma realidade

Êste é o primeiro projeto industrial em grande escala, aprovado pelo SUDENE, para produção em caráter pioneiro no Nordeste de sabonetes e sabões prensados de alta qualidade:



DUBOM S. A.

Investimento Total Cr\$ 8.000.000,00

PRODUÇÃO PREVISTA (anual)

Sabonetes e sabões ... 125.685.245 unidades

Glicerina 792.522 Kg.

INVERSÕES

Capital Social Cr\$ 2.000.000,00

Recursos do 34/18 Cr\$ 6.000.000,00

(Do Capital Social, Cr\$ 1.400.000,00 são do grupo líder e Cr\$ 600.000,00 são do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte — BANCOFERN).

TECNOLOGIA

G. MAZZONI S. A. Indústria e Comércio

DIRETORIA

FEIZ SALIM CARONE — **Diretor Presidente**

PEDRO GERALDO SILVEIRA — **Diretor Superintendente.**

PAULO GUERRA GALVÃO — **Diretor Comercial**

MARIO CARONI — **Diretor Industrial e Financeiro.**

A Empresa, sociedade anônima de capital autorizado, é liderada pelo grupo INDÚSTRIAS GLÓRIA S. A., de Vitória (ES), responsável pela criação e produção do sabonete glicerinado FORZLY.

Uma indústria pioneira

A fábrica de Parnamirim (próxima ao aeroporto de Natal) está em fase final de construção, com três mil metros quadrados de área coberta já construída (**todo o complexo industrial**), de um total de cinco mil metros quadrados. O projeto está sendo implantado com a colaboração da **SUDENE**, do **Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte**, e com apoio que vem recebendo de cerca de mil investidores (até dezembro de 1970).

A **DUBOM S. A.** utilizará equipamentos, máquinas e instalações moderníssimas, especialmente encomendadas e já quase totalmente fabricadas no Parque Industrial de Santo Amaro (SP), onde está localizada a **G. MAZZONI S. A.**

Situada à margem da **Rodovia BR-101** (Natal-Pôrto Alegre) a menos de 10 quilômetros de Natal, a **DUBOM S. A.** ocupa posição estratégica com relação aos diversos fatores locais: proximidade das matérias primas, disponibilidade de mão de obra, água e energia elétrica, além de beneficiar-se no que diz respeito ao escoamento de

sua produção em direção aos mercados consumidores.

Dimensionada para atender ao mercado regional, a **DUBOM S. A.** foi projetada para operar a um nível de **economia de escala**, fato que, além de lhe permitir alcançar facilmente outras áreas complementares de mercado de maior importância — Centro-Sul e Norte — garantir-lhe-á um índice de rentabilidade extraordinariamente elevado (**relação LUCRO/INVESTIMENTO de 117%**) e um não menos expressivo índice de segurança financeira (**ponto de nivelamento de 14,7% da capacidade total de produção**).

Para a realização de seu programa de produção, a **DUBOM S. A.** utilizará o processo de **saponificação contínua** de **G. MAZZONI**, com linhas de produção inteiramente automatizadas. Para o fornecimento do equipamento foi feito um adiantamento sobre o contrato da ordem de **Cr\$ 596.488,00**, estando prevista para setembro próximo a entrega deste equipamento.

Uma marca que conquistou o mercado

A **DUBOM S. A.** já tem um mercado garantido para a colocação de toda a sua linha de produtos. Nos últimos três anos o sabonete glicerinado **FORZLY** penetrou de tal forma em todo o Nordeste que, atualmente, ocupa o terceiro lugar no movimento geral de vendas do produto. A larga aceitação do sabonete, bem como dos demais produtos da linha **FORZLY** — como de fato ficou constatado por ocasião da pesquisa de mercado realizada pela **SUDENE** — constituiu para o Grupo Líder do empreendimento algo mais do que um promissor fenômeno de "marketing", porquanto representa a principal motivação, senão a própria razão de ser da instalação, no Nordeste, de sua nova e moderníssima fábrica.

Em outras palavras: o produto e sua marca já conquistaram uma boa fatia do mercado nor-

destino. E foi por isto que se programou a seguinte produção para a **DUBOM S. A.**, a partir de dezembro próximo:

SABONETES (tipos A, B e C) 2.000 ug/h
SABÃO EM TABLETES (tipos convencionais) 2.000 ug/h

Vale salientar que a **DUBOM S. A.** utilizará sebo bovino refinado, óleo de babaçu, soda cáustica, corantes e essências na manufatura de seus produtos. O seu consumo anual de matérias (sebo industrial e óleo de babaçu) será totalmente coberto pela oferta regional.

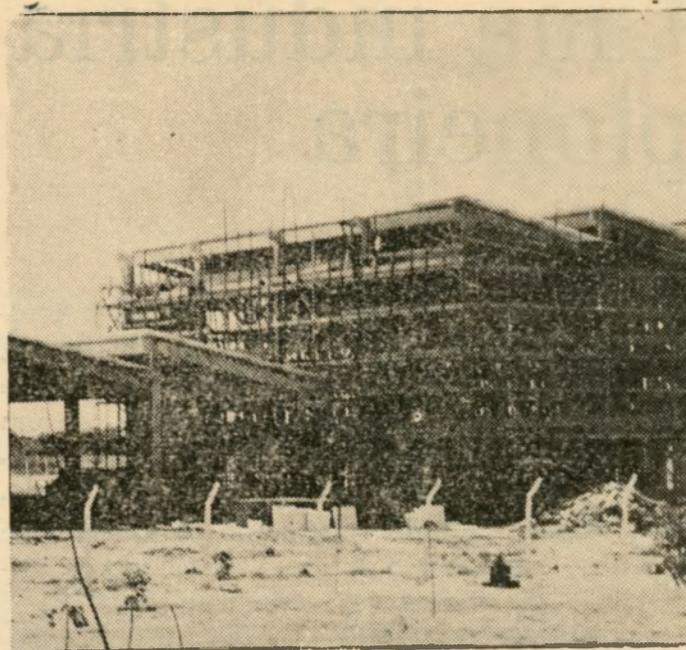
DETALHE MUITO IMPORTANTE: o ponto de equilíbrio da DUBOM S. A. é de 14,7%.

Depoimento da S U D E N E

A análise de projetos da **SUDENE**, em seu parecer **DI-135/69**, aprovado unanimemente pelo **Conselho Deliberativo** daquela Superintendência, reunido em Recife no dia 28 de maio de 1969, concluiu favoravelmente quanto à execução do projeto da **DUBOM S. A.**, chamando a atenção para as seguintes vantagens que a fábrica proporcionará à região:

- a) criação de 100 empregos diretos, inclusive a Diretoria;
- b) exportação para outras áreas (mercado da ALALC) da glicerina refinada, favorecendo o intercâmbio entre as várias regiões do Continente;
- c) utilização de matérias primas do Nordeste;
- d) melhoria do nível tecnológico da indústria regional.

Julgado pelo **Departamento Industrial da SUDENE** e pelo **Conselho Deliberativo** como de interesse para o desenvolvimento regional, o empreendimento recebeu irrestrito apoio daquela autarquia tendo sido por ela classificado na faixa "A" de prioridade, consoante **Resolução n.º 4.405**, de 28 de maio de 1969.



Outro convite que fazemos

Venha conhecer a **DUBOM S. A.** Já temos muito o que mostrar. Muito do que foi feito. Teremos prazer em conversar sobre os direitos assegurados aos acionistas, de acordo com os estatutos sociais: dividendos, além da participação integral na distribuição de ações no caso de incorporações ao capital de fundos provenientes da correção monetária do ativo, reservas e lucros suspensos.

Aos acionistas preferenciais serão assegurados dividendos fixos de **12% a.a.**

Depois disso, quando você **lavar as mãos**, você estará lucrando e participando de um grande empreendimento. Já hoje, há cerca de 1.000 acionistas que assim pensam. Será que você vai continuar como **Pilatos?**

Lucre com a **DUBOM S. A.**
Procure o distribuidor autorizado

Quem diz que "santo de
casa" não faz mila-
gres, está enganado...



...êste **FAZ!**

RN-ECONÔMICO é um dos tais
"santos de casa" que fazem milagres...

Em um ano de circulação possui maior
volume de leitores do que os demais
órgãos de nossa imprensa.

E o que se publica em
RN-ECONÔMICO, repercute. Aqui e fora daqui.
Lá na SUDENE, por exemplo...

Agora, RN-ECONÔMICO se expande para fazer
outros milagres. Além de RN-ECONÔMICO — revista
mensal para homens de negócios — temos agora:

1) RN-PROMOÇÃO & PUBLICIDADE,

para vender a imagem da sua empresa e
aumentar-lhe os lucros;

2) EDITORA RN-ECONÔMICO,

para cuidar da publicação de perfis industriais,
relatórios, balanços e informativos de empresas, e de todo
trabalho gráfico que requeira:

a) bom gosto; e b) boas idéias.

Editôra RN-ECONÔMICO Ltda.

Av. Rio Branco, 533 - 1.º andar - S/15 e 16 - Edifício São Miguel